



DESENVOLVE SP
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

Março de 2025 a agosto de 2025

Versão resumida

Agosto de 2025

1 INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê” ou “CAE”) da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012, observados a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 27 de maio de 2021 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição. Sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e no seu Regimento Interno.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

O CAE é um órgão de assessoria ao Conselho de Administração, portanto sem poder decisório ou atribuições executivas. Seu objetivo é monitorar a qualidade das demonstrações financeiras, assim como os sistemas de controles internos, conformidade, integridade e o gerenciamento de riscos da organização.

1.3 Composição

O CAE, com funcionamento permanente, é composto, atualmente, por cinco membros, com mandato de 5 anos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do CAE são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em agosto de 2025, o CAE encontra-se composto por:

- Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador;
- Alexandre Xavier Iwata de Carvalho;
- Bruno Ribeiro da Rocha;
- Luana Roriz Meireles;
- Maurício Pozzobon Martins.

2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE se reuniu sete vezes entre março de 2025 a agosto de 2025, realizando 76 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações à Administração da Desenvolve SP a respeito de melhorias nos processos.

Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da

instituição, auditoria interna e Auditores independentes, Conselho Fiscal. O Coordenador do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados, resumidamente, nas atas das reuniões, as quais são encaminhadas previamente àquele colegiado superior, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O CAE avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração, as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O CAE efetuou recomendações à Administração e às unidades técnicas da instituição visando ao aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos.

As recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas e acompanhadas pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (SURIC) até a sua conclusão. Todas as recomendações são apresentadas ao Conselho de Administração, junto ao reporte mensal das atividades do CAE.

4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão técnica do CAE, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de

controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelo exames das demonstrações financeiras relativas ao período e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao CAE assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

Visando mitigar os riscos de crédito, conforme indícios de fraudes identificados em 2022, bem como a reincidência de casos, foram promovidas diversas melhorias nos processos e controles internos. A Suric e a Geaud vêm sistematicamente monitorando as operações de crédito e os riscos, que são inerentes ao negócio, e apresentado seus resultados em relatórios periódicos ao CAE.

Em que pese o apontamento acima, no que tange ao montante mencionado e aos riscos inerentes do negócio, os controles internos atuaram satisfatoriamente.

Portanto, baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o CAE registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos **riscos legais** estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O CAE mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e

com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.

O CAE acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o CAE avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o CAE revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados de forma adequada e com qualidade apropriada ao longo do período.

O CAE discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas do 1º semestre de 2025, cuja minuta de relatório apresenta opinião sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.

6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em

observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O CAE reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2025, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica a minuta do relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7 CONCLUSÕES

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades e conforme previsto em seu Regimento do interno, realizaram o exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da BDO Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo à 30 de junho de 2025.

Considerando as atividades realizadas no período, e as informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, conclui que: a) os sistemas de controles internos, a política de conformidade e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital foram efetivos; b) a Auditoria Interna atuou com independência, assim como a natureza, extensão e qualidade dos trabalhos foram satisfatórias; c) as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira e regulamentação do CMN e BACEN, e d) Os auditores independentes atuaram com objetividade e independência e emitiram opinião sem ressalvas sobre referidas demonstrações financeiras, não obstante conter ênfase, conforme Nota Explicativa nº 2.1, referente à adesão a Resolução CMN nº 4.966/25.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em decorrência do acima exposto, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas à 30 de junho de 2025 da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.

Marcelo Diniz de Paula Rocha

Coordenador

Alexandre Xavier Iwata de Carvalho

Membro Comitê de Auditoria

Bruno Ribeiro Da Rocha

Membro Comitê de Auditoria

Luana Roriz Meireles

Membro Comitê de Auditoria

Maurício Pozzobon Martins

Membro Comitê de Auditoria

PARECER Nº 002/2025 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre de 2025, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 30 de junho de 2025 foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 21 de agosto de 2025.

Jorge Luiz Avila da Silva
Presidente

Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Conselheiro

Diego Allan Vieira Domingues
Conselheiro

Fabício Rodrigues da Cruz
Conselheiro

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Jerônimo Antunes
Conselheiro

Jorge Tatino Júnior
Conselheiro

Marcelo Bergamasco Silva
Conselheiro

Macelo Diniz de Paula Rocha
Conselheiro

Rachel Rosenberis Cunha Fidalgo
Conselheira

Ricardo Dias de Oliveira Brito
Conselheiro

**DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025**

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2025

JUNHO DE 2025

SUMÁRIO

1.	DESENVOLVE SP – A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR	5
2.	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO	5
2.1	Planejamento Estratégico 2025-2030	5
2.2	Plano de Negócios 2025	6
2.2.1	Projetos Prioritários	7
2.3	Público-alvo	8
3.	DESEMPENHO	9
3.1	Plano de Metas Institucionais	9
3.2	Operacional	11
3.3	Financeiro	15
4.	ATUAÇÃO	17
4.1	Linhas de Financiamento	17
4.2	Fundos Estruturados	19
4.3	Parcerias	21
4.4	Fundos Garantidores	22
4.5	Fundos de Desenvolvimento	22
5.	EVENTOS E PUBLICIDADE	23
6.	ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL	26
7.	GOVERNANÇA CORPORATIVA	27
7.1	Movimento Transparência 100%	27
7.3	Controles Internos, <i>Compliance</i> e Gestão de Riscos	28
7.4	Declaração de apetite por riscos (RAS)	29
7.5	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	29
7.6	Gestão de Pessoas	30
8.	DESTAQUES	30

1. DESENVOLVE SP – A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP - A Agência do Empreendedor é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. É vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP (DSP) busca promover cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

2.1 Planejamento Estratégico 2025-2030

O Planejamento Estratégico vigente da instituição possui como principais diretrizes de atuação a inclusão, a sustentabilidade e a inovação, ancoradas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Planejamento Estratégico 2025-2030 busca preparar a Desenvolve SP para atuar como instituição promotora do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em suas três dimensões (ambiental, social e econômico), além de promover o crescimento e fortalecimento organizacional e estimular a inovação em seus múltiplos contextos, tanto internos quanto naqueles promovidos pelos clientes da instituição.

Sua Missão e Visão refletem este papel:

Missão

Democratizar o crédito sustentável, gerando renda, emprego e desenvolvimento econômico.

Visão

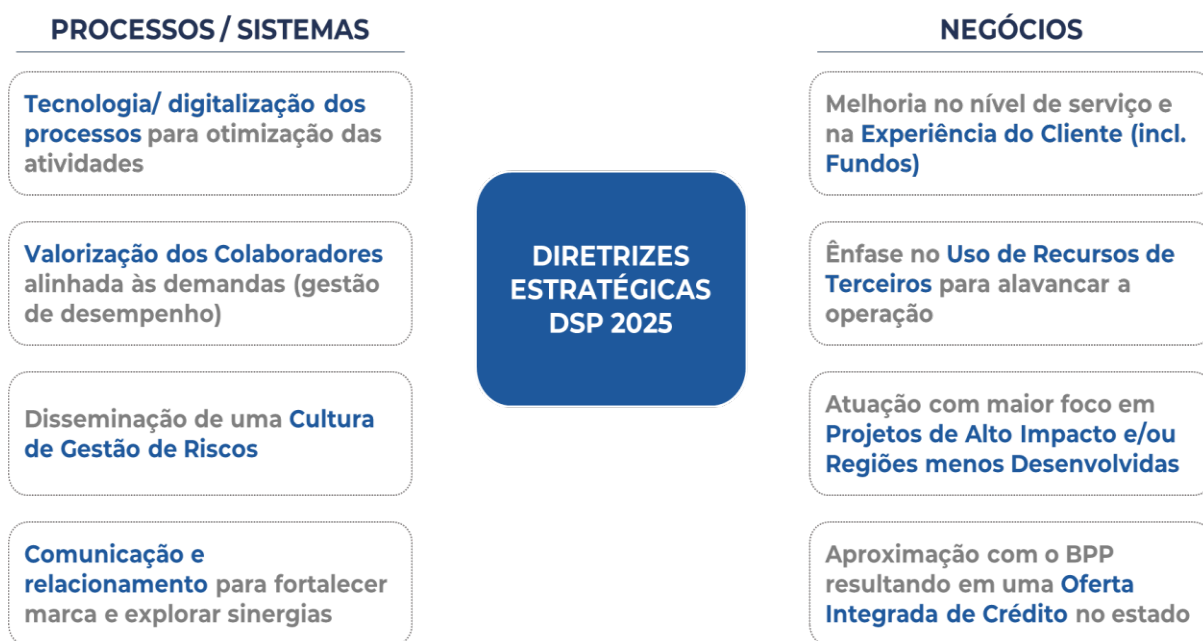
Ser a instituição financeira de referência em fomento das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento do estado de São Paulo.

2.2 Plano de Negócios 2025

O Plano de Negócios dita as prioridades para o ano corrente, as quais estão ancoradas em 5 macro objetivos definidos para nortear o ciclo até o ano de 2026:

- **Aumentar o tamanho da DSP**, alcançando cerca de R\$ 2 bilhões de desembolso e investimento em Fundos em 2026;
- **Focar na experiência do cliente**, melhorando os tempos de esteira e a satisfação dos usuários;
- **Transformar a operação digitalmente**, provendo colaboradores e clientes com soluções tecnológicas compatíveis com o mercado;
- **Focar em fomento**, concedendo crédito majoritariamente para Projetos de Investimentos e Máquinas e Equipamentos;
- **Garantir sustentabilidade financeira**, reduzindo a inadimplência e garantindo um retorno mínimo sobre o patrimônio.

Com isso, o Plano de Negócios para o Exercício de 2025 foi constituído com base em 8 Diretrizes Estratégicas que norteiam os projetos e ações ao longo do ano. As Diretrizes estão divididas em dois grandes blocos: Processos / Sistemas e iniciativas de Negócios, com foco no cliente.



2.2.1 Projetos Prioritários

Desde o início da atual gestão, a Desenvolve SP tem trabalhado em uma série de Projetos Prioritários para transformar a operação e melhorar a oferta e a experiência do cliente. Em 2025, a Desenvolve SP tem como meta a conclusão dos seguintes Projetos Prioritários:

- Desenvolvimento de novo *onboarding* e readequação da operação do Banco do Povo Paulista (BPP) [em parceria com a SDE]
- Fortalecimento de marca e divulgação dos produtos
- Definição da estratégia de Produtos e revisão de Portfolio
- Estabelecimento de Parcerias Estratégicas (foco em regiões não atendidas)
- Melhorias na Esteira e no Atendimento ao Cliente
- Desenvolvimento da nova Plataforma CRM
- Revisão Plano de Empregos, Carreiras e Salários (com revisão da estrutura)

- Implantação da Gestão de Desempenho
- Criação e implantação do Programa de Treinamentos (Liderança, Gestão e Técnico)
- Estruturação do programa e revisão da política de investimento em Fundos Estruturados
- Criação de modelo para Gestão de Ativos e Passivos (ALM)
- Identificação de Riscos em Macroprocessos
- Criação e implantação da Política de crédito Agro

Os Projetos Prioritários são acompanhados de forma contínua pela Diretoria e, desde 2024, tornaram-se parte do Plano de Metas da organização.

2.3 Público-alvo

Considerando o seu papel de ser parceiro estratégico e financeiro do estado na execução de políticas públicas e espelhado em sua visão, o público-alvo da Desenvolve SP são empresas de micro, pequeno e médio porte, produtores rurais, e empresas estratégicas¹, bem como as prefeituras do Estado de São Paulo.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro. Por fim, a DSP tem o mandato de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento (Fundos de Desenvolvimento) do Estado de São Paulo, tendo esse último as Secretarias de Governo do Estado como público-alvo.

¹ Empresas que possuam: alinhamento com vocação regional; potencial de atração de investimentos e desenvolvimento econômico; impacto social e desenvolvimento comunitário; e/ou capacidade de inovação e expansão.

3. DESEMPENHO







3.1 Plano de Metas Institucionais

Com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, bem como direcionar a sua estratégia operacional, o Plano de Metas para 2025 conta com cinco indicadores quantitativos com pesos idênticos (20% cada):

- **Índice de Cobertura:** Receitas operacionais divididas pelas despesas totais: (Receita de Operações de Crédito + Receita de Tarifas e Prestações de Serviços) / Despesas Totais;
- **Proporção de Desembolso de Alto Impacto:** Percentual de Desembolso para Projetos de Alto Impacto em relação ao total de Desembolso, tanto da carteira de crédito quanto integralização em fundos estruturados: (Desembolso Total – Capital de Giro – Recapeamento) / Desembolso Total;
- **Desembolso total:** Total de desembolsos realizados tanto da carteira de crédito quanto integralização em fundos estruturados em 2025;
- **Taxa de Inadimplência do setor privado:** Percentual do saldo de carteira de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo da carteira ativa do Setor Privado;
- **Projetos Prioritários:** o indicador é medido por meio da média do índice de execução dos 13 projetos selecionados com início no exercício de 2025, dividindo o total realizado pelo total esperado.

A Meta Global², na posição 30/06/2025, ficou em 68,4%, conforme a composição abaixo.

Tabela 1 – Plano de Metas 2025

DESENVOLVE SP	DATA BASE: 30/06/2025			META GLOBAL: 68,4% 		
INDICADOR	PESO	META ANUAL	META ACUMULADA MÊS	REALIZADO ACUMULADO MÊS	% META ACUMULADO MÊS	% META (C/ TRAVA)
ÍNDICE DE COBERTURA	0,2	157,6%	157,6%	160,5%	101,9%	 100,0%
PROPORÇÃO DE DESEMBOLSO DE ALTO IMPACTO	0,2	71,6%	71,6%	87,7%	122,5%	 100,0%
DESEMBOLSO TOTAL	0,2	R\$ 1.641.000.000	R\$ 820.500.000	R\$ 344.522.556	42,0%	 42,0%
TAXA DE INADIMPLÊNCIA - SETOR PRIVADO	0,2	5,7%	5,7%	13,6%	0,0%	 0,0%
PROJETOS PRIORITÁRIOS	0,2	100,0%	50,0%	52,7%	105,4%	 100,0%

Fonte: Desenvolve SP (2025)

O resultado do Plano de Metas no 1º semestre de 2025 reafirma o compromisso da DSP com a sustentabilidade financeira e o foco em desembolsos de ‘Alto Impacto’, refletidos no cumprimento nos indicadores ‘Índice de Cobertura’ e ‘Proporção de Desembolso de Alto Impacto’.

O ‘Desembolso Total’ aquém da meta está ligado a dois fatores principais:

- No setor privado, há uma demanda menor por crédito em função do aumento de taxa de juros e da maior incerteza macroeconômica. Estes fatores também geraram uma piora na qualidade das empresas solicitantes de crédito, mostrando-se mais alavancadas e com sinais claros de deterioração econômica. Em virtude disso, ajustes na política de crédito do produto Capital de Giro foram feitos no final de 2024 para restringir o ingresso de empresas fora do apetite de risco;

²Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

- No setor público, o período de defeso, no segundo semestre de 2024, e a troca de governo na virada do ano, resultaram em uma demanda menor por crédito.

Para mitigar tais problemas, foram realizadas algumas ações, como o aumento dos limites de crédito digital de R\$ 300 mil para R\$ 700 mil, aliado a uma análise híbrida (digital e julgamental), que proporciona uma avaliação mais ágil e eficiente pelo time de crédito. A DSP também tem trabalhado para reduzir os tempos de esteira, ampliando o papel dos consultores de relacionamento e simplificando o preenchimento das planilhas de projetos.

A 'Taxa de Inadimplência do Setor Privado' acima do projetado está ligada à alteração da metodologia de inadimplência decorrente da Resolução 4.966/2021, com aumento do prazo para baixa de operações para prejuízo, bem como uma piora dos indicadores de inadimplência do mercado como um todo. Adicionalmente, o próprio desembolso abaixo do planejado afeta a carteira e por consequência a taxa de inadimplência. Há a expectativa de que ao menos parte desses efeitos sejam compensados ao longo do 2º semestre de 2025.

Por fim, o indicador 'Projetos Prioritários' segue dentro da meta, demonstrando o compromisso da instituição na implantação dos projetos essenciais para o ano de 2025.

3.2 Operacional

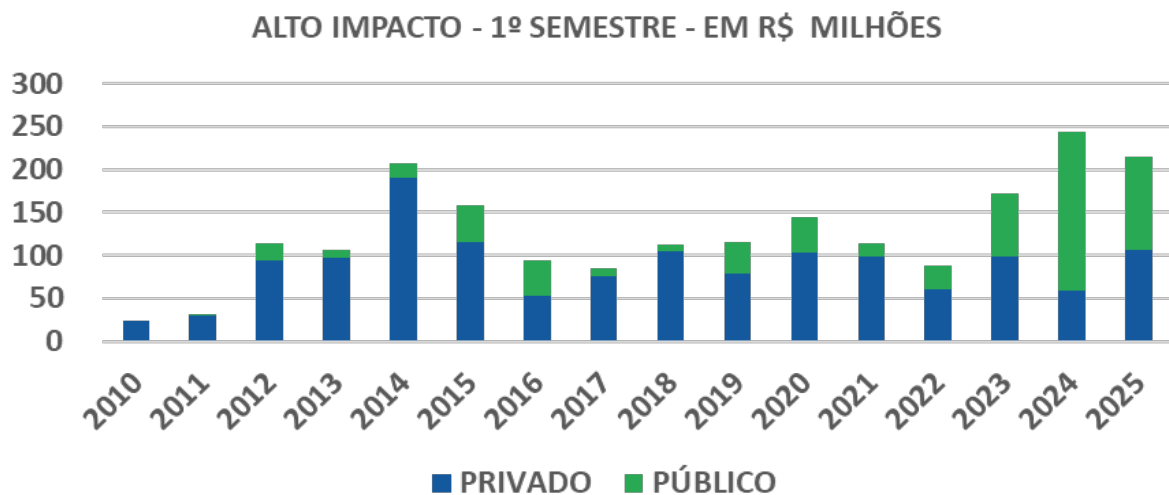
A principal atividade da Desenvolve SP é a concessão de crédito às empresas e prefeituras com o objetivo de fomentar a economia paulista, contribuindo com a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico regional. Para isso, a Desenvolve SP atua tanto de forma direta, quanto via Investimentos em Fundos Estruturados, como Fundos de Investimento em Participação (FIPs) e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). No 1º semestre de 2025, a instituição desembolsou um total de R\$ 344,5 milhões entre concessão de crédito e integralização em fundos estruturados, conforme detalhamento abaixo.

➤ **Carteira de Crédito – Desembolso e Saldo**

No primeiro semestre de 2025, os desembolsos diretos de crédito somaram R\$ 256,6 milhões, sendo 76,5% liberados com recursos próprios e os outros 23,5% com recursos de terceiros, atendendo 400 empresas, localizadas em 128 municípios, e 54 prefeituras.

Desde o início da atual gestão, a Desenvolve SP tem focado os esforços em desembolsos classificados como de ‘Alto Impacto’. No setor privado, o foco tem sido em financiamentos de Projetos de Investimento e de aquisição de Máquinas e Equipamentos, em detrimento a financiamentos para Capital de Giro. Já no setor público, o foco tem sido em financiamentos de projetos de iluminação, pavimentação, saneamento, cidades inteligentes, entre outros, em detrimento ao foco anterior em projetos de recapeamento.

Nessa perspectiva, apesar do desembolso total estar aquém da meta no semestre, o desembolso de Alto Impacto (privado + público) de 2025, alcançou R\$ 214 milhões, o segundo maior da série histórica do 1º semestre, ficando atrás apenas do ano anterior que teve recorde de desembolso para o setor público.



Em relação a carteira de crédito geral, os desembolsos para o Setor Privado totalizaram R\$ 143 milhões, um incremento de 35,1% em relação ao ano anterior. Impulsionado pelo aumento de 112,8% em desembolsos do setor privado, os projetos de investimento representaram 70,6% do valor desembolsado, capital de giro representou 26,1%, e máquinas e equipamentos, 3,3%. O setor de serviços representou 40,2% das liberações efetuadas no semestre, seguido pelo setor industrial com 20,6%, construção com 19,3%, comércio com 17,5%, e 2,4% para pessoas físicas (Produtores Rurais), as quais a Desenvolve SP passou a atender neste semestre através da Linha Irriga Mais.

Neste semestre, os desembolsos para inovação somaram R\$ 38,9 milhões, aumento de 85,2% em relação ao mesmo período de 2024. Deste montante, 26,4% foi desembolsado para microempresas e empresas de pequeno porte.

Para o setor público, foram desembolsados R\$ 113,3 milhões, os quais contemplaram projetos de iluminação, usinas fotovoltaicas, extração e tratamento de água, entre outros objetos com foco em sustentabilidade.

O saldo da carteira de crédito encerrou o semestre com a marca de R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2024. Em junho de 2025, o setor público representava 50,6% da carteira, enquanto o setor privado representava 49,4%.

Tabela 2 – Resumo do Desempenho

ÍNDICES	06/2024	06/2025	VARIAÇÃO
Desembolso total	R\$ 395 mi	R\$ 257 mi	-35,1%
- Setor Público (Investimentos)	R\$ 289 mi	R\$ 113 mi	-60,8%
- Setor Privado (Investimentos)	R\$ 59 mi	R\$ 101 mi	+112,8%
- Setor Privado (Capital de Giro)	R\$ 47 mi	R\$ 37 mi	-20,4%
Saldo de Carteira	R\$ 2.463 mi	R\$ 2.644 mi	+7,3%

➤ Fundos Estruturados - Integralização

Em 2025, a Desenvolve SP voltou a atuar em FIPs, além de iniciar a atuação em FIDCs. Nesse 1º semestre houve a integralização de R\$ 87,9 milhões em fundos focados em sustentabilidade, transformação digital e agronegócio.

Tabela 3 – Resumo dos Fundos Estruturados com Integralização

FUNDO	TIPO	GESTOR	ESCOPO	VALOR (R\$ MILHÕES)
BTG DESENVOLVE SP	FIDC	BTG PACTUAL ASSET	AGRONEGÓCIO	50,0
RÉGIA DESENVOLVE SP	FIDC	RÉGIA CAPITAL	RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DESCARBONIZAÇÃO	24,0
ASTELLA JOURNEY V FEEDER	FIP	ASTELLA	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	9,7
RIO BRAVO AGRO RECEBÍVEIS	FIDC	RIO BRAVO	LOGÍSTICA AGRÍCOLA	4,1
AEROSPACIAL	FIP	PORTCAPITAL	AERONÁUTICA, ESPACIAL E SEGURANÇA	0,1
-	-	-	TOTAL	87,9

O detalhamento do escopo de cada Fundo é detalhado no capítulo **3. Atuação**.

➤ **Cobrança**

A Desenvolve SP intensificou sua atuação, priorizando a recuperação de créditos em atraso, a contenção de prejuízos e a sustentabilidade de sua carteira ativa. Pela primeira vez, a Instituição participou da campanha nacional “Limpa Nome”, promovida pela Serasa, oferecendo condições especiais para quitação de créditos baixados em prejuízo. A iniciativa gerou expressivo engajamento no primeiro semestre de 2025: foram 3.136 ofertas visualizadas, 452 ofertas clicadas, 15 acordos formalizados, totalizando R\$ 3,5 milhões negociados, com R\$ 902,7 mil efetivamente recebidos até 30 de junho.

Além disso, para ampliar a cobertura das ações extrajudiciais, foram convocadas mais duas empresas credenciadas no último edital, fortalecendo o time de parceiros voltados à recuperação ágil e humanizada de crédito. O foco é expandir a efetividade e capilaridade do atendimento a clientes em inadimplemento.

Com o objetivo de aprimorar a frente judicial, a Desenvolve SP está homologando um novo edital de credenciamento de escritórios de advogados, que substituirá o atual. Tal medida foi necessária para acompanhar as novas necessidades da Desenvolve SP, incluindo serviços que anteriormente não estavam elencados, como atos a serem praticados durante processo de Recuperação Judicial e Falências, bem como de serviços extrajudiciais.

Como resultado desse esforço conjunto das frentes extrajudicial e judicial, foram regularizados, no período, R\$ 14,8 milhões em contratos em atraso, demonstrando o comprometimento da Instituição com a recuperação ativa de crédito e a preservação de recursos públicos.

Na carteira do Banco do Povo Paulista (BPP), o sistema de automação das renegociações extrajudiciais, implementado em 2024, segue apresentando resultados expressivos. Apenas no primeiro semestre de 2025, foram regularizados R\$ 30,7 milhões em contratos vencidos, beneficiando empreendedores de diversas regiões do Estado. A ferramenta, já consolidada nos fluxos operacionais da Instituição, permite a parametrização de prazos, taxas e condições de desconto, garantindo maior agilidade no atendimento e maior precisão nas análises. Com isso, o processo de renegociação tornou-se mais eficiente, transparente e ajustado às necessidades dos clientes, contribuindo de forma decisiva para a recuperação de crédito no segmento de microcrédito.

3.3 Financeiro

A Desenvolve SP registrou no 1º semestre de 2025 lucro líquido de R\$ 95,4 milhões, aumento de 14,8% em relação ao mesmo período de 2024.

Vale destacar que a partir de 1º de janeiro de 2025, foi adotada a Resolução CMN 4.966/2021.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de Lucros / (Prejuízos) Acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários, que resultou uma redução do Patrimônio Líquido de R\$ 16,9 milhões.

Em síntese, dentre os principais impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, presentes nas respectivas Demonstrações Financeiras, destacam-se:

- Adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito.
- Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa;

- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear.
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”.
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 236,4 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 69,3 milhões; gerando resultado operacional de R\$ 167,1 milhões. O destaque foi para o crescimento de 29,5% nas receitas de operações de crédito, resultado do aumento da carteira de crédito e do aumento taxa média Selic, de 10,89% no 1º semestre de 2024 para 13,72% no 1º semestre de 2025. As receitas de tarifas sofreram uma redução de 99,5% devido ao diferimento linear, conforme a Resolução nº 4.966/2021.

A despesa de provisão para perda esperada, associadas ao risco de crédito, foi de R\$ 35,2 milhões, cuja provisão passou a ser mensurada pela metodologia simplificada, sendo esse ajuste de critério o mais relevante para a adoção, com incremento do estoque de provisão, em 1º de janeiro de 2025, de R\$ 33,2 milhões brutos e de R\$ 18,3 milhões no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Nas despesas de pessoal, houve crescimento de 15,8% devido ao aumento do quadro de colaboradores, os quais ingressaram por meio de concurso público a partir de outubro de 2024, e dissídio. Nas despesas administrativas, a elevação de 55,1% foi preponderantemente causada pelas despesas de tecnologia da informação, para fazer frente ao planejamento estratégico.

No encerramento 1º semestre de 2025, o Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,3 bilhões, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) registrou 5,85% e o Índice de Eficiência atingiu 31,9%.

Os ativos somaram R\$ 4,2 bilhões em 30 de junho de 2025.

Tabela 4 – Resumo dos Resultados Financeiros

ÍNDICES	30.06.2025	30.06.2024	VARIAÇÃO
Lucro Líquido	R\$ 95,4 milhões	R\$ 83,1 milhões	+14,8%
Resultado Operacional	R\$ 167,1 milhões	R\$ 115,7 milhões	+44,8%
Índice de Eficiência Operacional*	31,9%	27,9%	+4,0 p.p.

*Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária (quanto menor, melhor).

4. ATUAÇÃO

4.1 Linhas de Financiamento

Setor Privado

A instituição oferece um amplo leque de linhas de financiamento para ampliação, modernização, aumento da capacidade produtiva, implantação de novas plantas, realocização de empreendimentos e investimentos em projetos sustentáveis, tanto na ótica ambiental quanto social. A DSP financia também a aquisição de máquinas e equipamentos.

Com o objetivo de atender às demandas setoriais e ampliar as possibilidades de financiamento para as MPMEs paulistas, ao longo do primeiro semestre de 2025, foram incluídas no portfólio de produtos as seguintes linhas:

- Linha Irriga Mais

O Governo do Estado lançou em 2024 o Programa Irriga+ SP visando integrar ações que impulsionem o crescimento da irrigação de forma sustentável, aliando práticas conservacionistas de solo e água. Uma das principais ações do Programa é o financiamento, com equalização de taxa de juros, através da Linha Irriga Mais, de projetos voltados à irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão. Tais projetos incluem implementos tecnológicos, drones, estufas para irrigação, serviços e outras infraestruturas agrícolas sustentáveis. A implantação e início das operações da linha, ocorreram no primeiro semestre de 2025. A linha é operacionalizada exclusivamente através de parceiros habilitados em edital publicado pela Desenvolve SP.

- **Linha Agro Máquinas**

Com o objetivo de fomentar a modernização e o aumento da produtividade no setor agrícola por meio da aquisição de máquinas e equipamentos essenciais para as etapas de preparo, cultivo, colheita e beneficiamento da produção, a Desenvolve SP lançou a Linha Agro Máquinas. Ao direcionar recursos para investimentos estratégicos, a linha busca fortalecer a competitividade do agronegócio, promover o uso eficiente de insumos e contribuir para a sustentabilidade da atividade rural.

- **Linha Mais Inclusão**

A linha Mais Inclusão tem o objetivo de apoiar empresas paulistas que tenham ao menos uma pessoa com deficiência como administradoras, sócia-administradoras, ou que possuam no mínimo 50% mais um das cotas ou da composição acionária da empresa, a modernizar e a expandir a capacidade produtiva destas empresas por meio da renovação de seu parque de máquinas e equipamentos, do apoio aos projetos de implantação, ampliação, atualização, de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente e à eficiência energética.

- **Linha Desenvolve Mulher**

A Linha Desenvolve Mulher, criada em 2023, veio com o objetivo de conceder condições especiais de crédito para empresas que tenham mulheres à frente de sua administração ou que possuam a maioria das cotas acionárias da empresa. Em 2025 a linha se tornou permanente com vigência indeterminada na Desenvolve SP.

➤ **Experiência do Cliente – Setor Privado**

Entre as principais ações da atual gestão, está a otimização da esteira de crédito do setor privado, visando melhorar a experiência do cliente, com foco no tempo da conclusão da solicitação. Com isso, o processo foi reformulado, unificando as etapas das consultas automáticas e do motor de crédito das esteiras digital e julgamental, a segregação do atendimento e a implantação do login via CPF, além da antecipação das etapas de caráter eliminatório.

➤ **Setor Público**

A Instituição oferece ainda duas linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

4.2 Fundos Estruturados

Sob a atual gestão, a Desenvolve SP tem ampliado sua atuação em investimentos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). A seleção de gestores especializados no mercado de fundos representa um avanço significativo na capilaridade e na força de atuação da instituição. Com o apoio de gestores experientes e especialização setorial, a Desenvolve SP ganha eficácia e agilidade, investindo estrategicamente para sanar gargalos setoriais relevantes para o aumento da produtividade e desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Essa expertise também fortalece a capacidade da instituição de identificar boas oportunidades de investimento, otimizando a alocação de recursos e potencializando os resultados financeiros e sociais das iniciativas apoiadas.

Atualmente, a Desenvolve SP investe nos seguintes fundos:

- **Régia Desenvolve SP**

Atuação: Disponibilização de crédito direto para empresas engajadas principalmente em atividades correlacionadas a: a) adaptação e resiliência climática dos territórios produtivos do estado de São Paulo e suas cadeias; b) desenvolvimento, aperfeiçoamento, expansão e transição para baixo carbono de infraestrutura para o agro paulista; c) descarbonização e agregação de valor da agroindústria do estado de São Paulo, principalmente da região do Vale do Ribeira (região menos desenvolvida do estado).

- **BTG Desenvolve SP**

Atuação: Disponibilização de crédito para empresas do setor de agronegócio, inicialmente com foco na cultura da cana de açúcar.

- **Pátria Latam Reforest Fund I**

Atuação: Sociedades alvo do setor agroflorestal, cuja proposta seja o desenvolvimento de projetos de aflorestamento, reflorestamento ou revegetação (ARR) com espécies nativas e exóticas não convencionais, como projetos de restauração ecológica, projetos de regeneração natural, projetos de silvicultura e projetos de sistemas agroflorestais

- **Mauá Saneamento III**

Atuação: Disponibilização de crédito direto para empresas, principalmente pequenas e médias, que atuam na cadeia de saneamento básico (engenharia e construção) e que possuam lacunas no acesso a linhas adequadas de crédito.

- **Rio Bravo Agro Recebíveis**

Atuação: Disponibilização de crédito direto para empresas, principalmente pequenas e médias, com foco na logística agrícola.

- **Fundo Aeroespacial**

Atuação: Sociedades alvo dos setores aeronáutico, espacial, defesa, segurança e integração de sistemas.

- **Fundo Inovação Paulista**

Atuação: Exclusivo para empresas localizadas no estado de São Paulo, dos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde.

- **FinHealth I**

Atuação: Sociedade alvo do setor de ciências da vida, especialmente das áreas da saúde, biotecnologia e biocombustíveis.

4.3 Parcerias

Na Desenvolve SP, as parcerias são estruturadas com foco em ampliar a capilaridade e aproximar ainda mais a instituição dos clientes. Com apenas uma agência física, o relacionamento com parceiros é uma das formas de estar mais presentes no território, oferecendo atendimento mais próximo, humano e eficaz.

Em relação ao Programa Irriga + SP, foram firmados 3 (três) instrumentos de cooperação, com a Cooperacitrus Cooperativa de Produtores Rurais; Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado São Paulo (Coplacana) e Cooperativa Agro-Industrial Holambra. O Programa prevê que as Cooperativas forneçam suporte técnico aos produtores rurais na estruturação de projetos e aquisições isoladas, garantindo a viabilidade técnica, financeira e ambiental. Além disso, as Cooperativas participam da operação como corresponsáveis na garantia.

Para o setor de máquinas e equipamentos, foi firmado um acordo de cooperação (terceiro setor) com a Cooperacitrus Cooperativa de Produtores Rurais. O acordo possibilita a oferta de outras linhas de máquinas e equipamentos aos cooperados, em especial a Linha Agro Máquinas, que atende produtores rurais pessoas físicas, com uma gama diferente de itens financiáveis, do que é possível conceder pela Linha Irriga Mais.

Além desses, foram firmados 16 acordos operacionais para o setor privado de máquinas e equipamentos. Os acordos com fornecedores de máquinas e equipamentos de diferentes localidades do Estado de São Paulo são, em sua grande maioria (87,5%), com parceiros voltados ao ramo da agropecuária.

Tanto o Acordo de Cooperação, como os Acordos Operacionais permitem aos parceiros inserirem as solicitações de seus clientes em nosso portal de crédito e acompanhar o status das solicitações, informações de sigilo bancário e política de crédito não são fornecidos aos parceiros.

Foram firmados ainda 2 (dois) Termos de Cooperação Institucional: com a Organização das Cooperativas do Estado De São Paulo (Ocesp) e com o Instituto de Engenharia. As parcerias institucionais têm o objetivo de ofertar as linhas de crédito da Desenvolve SP aos associados das entidades, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e fortalecimento da marca.

4.4 Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente na Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os micro, pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. Dentre eles, destacam-se o Fundo de Aval do Estado de São Paulo (FDA) e o Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

4.5 Fundos de Desenvolvimento

A Desenvolve SP é administradora de 14 Fundos de Desenvolvimento e Garantidores do Estado de São Paulo:

Tabela 5 – Ativos Administrados pela Desenvolve SP dos Fundos de Desenvolvimento – 30/06/2025

Fundo	Secretaria	Destaque	Ativos administrados (R\$ milhões)
FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO			
BPP	SDE	Microcrédito	1.030,6
FEHIDRO	SEMIL	Projetos não reembolsáveis e arrecadações	839,3
FUNAC	SEFAZ	Financiamento e Equalização para Indústria	545,5
FEAP	SAA	Subvenções e Crédito aos Produtores Rurais	758,3
FUNDOCAMP	SDUH	Projetos na RM de Campinas	56,6
FPHIS	SDUH	Repases para Programas Habitacionais	189,6
FVR	SDE	Equalização em Financiamentos Vale do Ribeira	9,9
FUNDESPAR	SAA	Projetos de Regularização Fundiária	2,9
FUNDOVALE	SDUH	Projetos na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	19,9
FUNCET	SCTI	Editais e Equalização para Proj de Inovação e Tecnologia	0,7
FEPRAC	SEMIL	Projetos para reabilitação de áreas contaminadas	9,2
FUNDOS GARANTIDORES			
FDA	SEFAZ	Fundo Garantidor de Aval	212,5
FGH	SDUH	Garantia para projetos habitacionais	38,4
FAEE	SEMIL	Garantia para projetos de Eficiência Energética	34,9
TOTAL	14	-	3.748,3

Fonte: Desenvolve SP (2025)

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para a Desenvolve SP: Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop), Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (Fumefi) e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS).

5. EVENTOS E PUBLICIDADE

Campanha Gente que Desenvolve

A Desenvolve SP lançou a campanha "Gente que Desenvolve", uma iniciativa que destaca os clientes da instituição como protagonistas no desenvolvimento das cidades e na geração de emprego e renda. A campanha focada na divulgação das linhas de crédito por meio da humanização da marca, enaltece cada um que com seu esforço e dedicação está fazendo São Paulo crescer.

Sua execução contou com vídeos e peças para divulgação em redes sociais, publicidades, anúncios em portais, mecanismos de buscas, entre outras formas de divulgação. A ação também possui um viés interno, ressaltando a importância do trabalho de cada colaborador como parte fundamental dessas histórias de sucesso e como a "gente que desenvolve".

A estratégia trouxe resultados sólidos desde o número de solicitações de crédito até os acessos ao site e engajamento em redes sociais.

Redes Sociais

Em 2025, a principal estratégia das redes sociais da Desenvolve SP é disseminar a marca e torná-la mais conhecida e representativa para os empreendedores e gestores municipais paulistas. Com foco em tópicos de conteúdo educativo sobre crédito, histórias bem-sucedidas de clientes, divulgação das linhas, esclarecimento de dúvidas frequentes, a DSP reforça o compromisso de fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento regional por meio do crédito.

Resultados no 1º Semestre de 2025

- O Instagram encerrou o semestre com 13.278 seguidores (60,3% a mais em relação ao ano anterior), totalizando 12.966.069 impressões (+ 1.040% ano anterior) e 126 posts publicados (+ 3,3% ano anterior).

- O LinkedIn fechou o primeiro semestre com 9.637 seguidores (21,4% a mais em relação ao ano anterior), com 687.781 impressões (+ 751,8% ano anterior) e 78 posts (+ 4% ano anterior)
- Já o YouTube registrou 15.881.781 visualizações (aumento de 147.281% em relação ao ano anterior), com 7.149 inscritos e 221 novos inscritos (+ 160% em relação ao ano anterior) durante o primeiro semestre de 2025.

Imprensa

Ao longo do semestre, a Desenvolve SP produziu 174 releases (aumento de 70,6% ano anterior). Foram registradas 2.451 menções na mídia, sendo que 99,84% delas foram positivas ou neutras, refletindo uma forte e positiva presença na mídia. Foram trabalhados diversos temas de impacto para empreendedores, como a divulgação das linhas Desenvolve Mulher; Desenvolve + Inclusão e lançamento dos Fundos de Investimentos.

Comunicação Interna

Visando o aprimoramento da comunicação interna, a Superintendência de Comunicação retomou a publicação mensal das Newsletters e a ação “Encontros com o Presidente”. As Newsletters reúnem realizações externas e internas da instituição, além de temas como cultura e sustentabilidade. Já os “Encontros com o Presidente” têm por objetivo aproximar a alta administração do corpo funcional da instituição.

Em março, para o aniversário de 16 anos da Desenvolve SP, realizamos a produção de um vídeo especial com os colaboradores, onde entrevistamos alguns funcionários que contaram sobre o orgulho em fazer parte da agência de fomento paulista como parte da campanha “Gente que desenvolve”.

Como uma forma de iniciativa de engajamento interno, além da Gincana Sustentável - Sustentópole, foram criadas as editorias "ABC Desenvolve", "Tec_ DSP" e "Glossário DSP" contendo dicas de inovação e tecnologias para ajudar na rotina, enriquecendo o conteúdo e a disseminação de conhecimento para os colaboradores.

Eventos

A DSP esteve presente em 82 eventos institucionais em mais de 50 municípios paulistas, com foco na interiorização do crédito e no fortalecimento do desenvolvimento regional. Dentre eles, destacam-se:

Jornada de Crédito

Em conjunto com o Banco do Povo, Sebrae, Senai, secretarias municipais e outros parceiros locais, a Desenvolve SP está rodando o estado de São Paulo com a Jornada de Crédito. Um evento onde o empreendedor paulista é recebe orientações sobre como planejar seu negócio, conhece as opções de crédito do governo do estado de São Paulo e são atendidos pelos nossos consultores. No primeiro semestre de 2025 foram realizados 33 eventos, passando por todas as regiões administrativas do estado. No total, tivemos a participação de mais de 1.300 empreendedores paulistas.

Agrishow 2025

A Desenvolve SP marcou presença na Agrishow 2025 com patrocínio e estande no Agrishow Labs, uma arena focada em tecnologia e inovação. Foi a oportunidade de apresentar as soluções para empresários, consultores agrícolas e representantes de empresas do agronegócio.

Em parceria com o BTG Asset, a Desenvolve SP lançou um Fundo de Investimento em Biocombustíveis durante a Agrishow 2025, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a economia verde.

A ação foi amplamente divulgada com séries de entrevistas com porta-vozes da instituição, consolidando a atuação da Desenvolve SP no fomento ao setor.

Todas por Elas

A Desenvolve SP marcou presença no evento Todas Por Elas, uma iniciativa do Sebrae-SP com palestras sobre crédito e plano de negócios para impulsionar mulheres empreendedoras. Estivemos simultaneamente nos 33 escritórios regionais do Sebrae, reforçando nosso compromisso com o fomento ao empreendedorismo feminino no estado. O evento promoveu uma mobilização para apresentar as ações do Sebrae Delas e contou com a participação de mais de 2 mil empreendedoras.

Outros eventos

Participação em eventos estratégicos como o 1º Encontur em Cruzeiro, o Fórum do Investidor 2025, o Creditur SP em São José dos Campos e o Lançamento do Accelera em Hortolândia.

6. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

Mantendo seu compromisso com a abordagem de questões econômicas, sociais, ambientais e climáticas de forma integrada, a instituição permanece desenvolvendo ações estratégicas que visam democratizar o acesso ao crédito no Estado de São Paulo, por meio de impactos positivos, baseados nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No primeiro semestre de 2025, as seguintes ações suportaram o compromisso da Desenvolve SP com a geração de valor e com a Agenda 2030:

- **Relatório Anual Integrado 2024:** Elaboração e divulgação do Relatório Anual Integrado 2024, seguindo os padrões normativos da *Global Reporting Initiative* (GRI) e as diretrizes para Relato Integrado estabelecidas pela *International Financial Reporting Foundation* (IFRS). Pela primeira vez, as informações não financeiras contidas no Relatório foram submetidas à asseguaração limitada da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. O Relatório Integrado encontra-se disponível no site da instituição (<https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-ou-integrado/>).
- **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Contratação da empresa Deep ESG para preparar o Inventário de Emissões de GEE referente ao ano base de 2024. No ano, a Desenvolve SP foi responsável pela emissão de 219,95 toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂eq – medida internacional que, para efeito de cálculo, equipara de todos os GEE ao CO₂). Assim como ocorreu com o Relatório Anual Integrado 2024, o Inventário de Emissões de GEE 2024 da instituição igualmente obteve asseguaração limitada da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

- **Programa Brasileiro GHG Protocol:** Adesão ao Ciclo 2025 do Programa Brasileiro GHG Protocol, gerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 2008, reforçando as ações de sustentabilidade e fortalecendo a transparência da instituição com práticas ambientais responsáveis. Como parte do compromisso assumido, os dados do Inventário de Emissões de GEE 2024 foram divulgados e estão disponíveis no Registro Público de Emissões mantido pelo Programa.
- **Semana do Meio Ambiente:** No mês de junho, a Desenvolve SP mais uma vez celebrou a Semana do Meio Ambiente, realizando atividades voltadas ao conhecimento e conscientização ambiental. Os colaboradores participaram de jogos interativos, como a Gincana Sustentável – Sustentópole, uma competição interna, saudável e divertida, que envolveu a todos no propósito da sustentabilidade em tarefas que focaram a economia de energia elétrica, o descarte e destinação corretos de itens recicláveis, a arrecadação de roupas para a Campanha do Agasalho do estado, bem como fortaleceram a importância dos ODS no dia a dia. Ainda, a instituição ofereceu palestras no formato de entrevistas sobre temas como a COP 30, a ser realizada este ano no Brasil, em Belém (PA).

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 Movimento Transparência 100%

Reforçando o compromisso da Desenvolve SP com a integridade, a ética e a transparência na gestão pública, foram aprovadas, pela Diretoria Colegiada, as metas a serem atingidas no âmbito do Movimento Transparência 100%, uma iniciativa estratégica da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

Foi assumido o compromisso com as duas metas abaixo, com prazo de cumprimento até o final de 2025:

- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança;
- 100% de transparência sobre os canais de denúncia.

A adesão a essas metas reforça o alinhamento da Desenvolve SP aos princípios da administração pública e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo maior confiança dos *stakeholders* e contribuindo para um ambiente institucional mais íntegro e transparente.

7.2 Política de Remuneração de Administradores

A política de remuneração da Desenvolve SP está alinhada às diretrizes do Decreto Estadual nº 58.265/2012, às orientações do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) e às melhores práticas de governança corporativa.

No 1º semestre de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas a revisão da Política de Remuneração de Administradores da Desenvolve SP, motivada pela publicação da Resolução CMN nº 5.177/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A atualização da política reforça os princípios de transparência, responsabilidade e sustentabilidade na remuneração dos administradores.

Os critérios de desempenho são aprovados pelo Conselho de Administração, conforme o Plano de Metas vigente, e ponderados com pesos específicos. O resultado final da avaliação determina o percentual aplicável à remuneração variável, respeitando o limite de até 10% do montante total distribuído a título de dividendos ou JCP, prevalecendo o menor valor.

7.3 Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (SURIC) é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além do gerenciamento de capital e das normas e dos controles internos.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, incorporando diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades, em alinhamento às melhores práticas e às exigências regulatórias.

A Desenvolve SP opera rigorosamente dentro dos limites operacionais exigidos por Basileia III, confirmando sua solidez e aderência às normas prudenciais do Sistema Financeiro Nacional.

7.4 Declaração de apetite por riscos (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) estabelece os parâmetros que refletem a disposição e a capacidade da Desenvolve SP em assumir riscos, alinhando-os às metas estratégicas e operacionais. Além de definir limites globais e específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, a RAS também incorpora critérios para priorização de operações e uso eficiente do capital, assegurando um equilíbrio adequado entre risco e retorno.

A RAS da Desenvolve SP para 2025 foi revisada em 2024, considerando a otimização do uso de capital da instituição e a relação entre risco e retorno em suas operações.

No primeiro semestre de 2025, foi implementado e apresentado à alta administração da instituição o controle dos limites definidos na RAS, por meio de um Painel de Riscos, disponível a todos os colaboradores, na intranet. O Painel de Riscos da Desenvolve SP é um painel interativo, desenvolvido em Power BI, que permite ao usuário uma visualização gráfica da adequação de todos os limites contidos na RAS.

7.5 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

No primeiro semestre de 2025, a Desenvolve SP promoveu a realocação do Encarregado de Dados (*Data Protection Officer – DPO*) da instituição, do Ouvidor para o Superintendente de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, vinculado à Diretoria de Controle de Riscos (DCR), o que representa uma evolução na maturidade da governança de dados da Desenvolve SP, alinhando-se às boas práticas de mercado.

Com a constituição da DCR em 2024, consolidou-se uma estrutura mais aderente às responsabilidades estratégicas previstas para o DPO, especialmente no que tange à identificação, monitoramento e mitigação de riscos operacionais, legais e reputacionais relacionados ao tratamento de dados pessoais.

A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/>.

7.6 Gestão de Pessoas

No primeiro semestre de 2025, a Desenvolve SP avançou em importantes iniciativas voltadas à valorização e fortalecimento do seu corpo funcional.

Destaca-se a recomposição do quadro de pessoal, por meio da conversão de cargos extintos na vacância em novas posições de Analistas e Analistas de Sistemas, medida que viabilizou a restauração da força de trabalho originalmente prevista para a instituição.

No eixo de desenvolvimento, alinhado ao plano de metas da companhia, foi lançado o novo Programa de Treinamentos, estruturado para atender às competências técnicas e comportamentais prioritárias da organização, promovendo a qualificação contínua dos colaboradores.

Com foco no cuidado integral com a saúde dos empregados, foi concluído o pregão para continuidade do Programa de Qualidade de Vida, que engloba uma série de benefícios voltados ao bem-estar dos colaboradores. Além disso, foi disponibilizada plataforma que oferece atendimentos online nas áreas de psicologia, psiquiatria e nutrição, promovendo suporte acessível e contínuo à saúde mental.

Por fim, a Desenvolve SP publicou novo edital de pregão para contratação dos planos de assistência médica e odontológica, garantindo a continuidade do acesso qualificado à rede de serviços de saúde, com melhores condições de cobertura e reembolso.

8. DESTAQUES

- Saldo de carteira de R\$ 2,6 bilhões, 7,3% maior que o primeiro semestre de 2024;
- Desembolso de Alto Impacto (privado + público) totalizando R\$ 214 milhões, o segundo maior da série histórica;
- Crescimento de 85,2% no desembolso destinado a inovação;
- Integralização de R\$ 87,9 milhões em Fundos Estruturados focados em sustentabilidade, transformação digital e agronegócio;

- Lançamento das linhas Agro Máquinas e Mais Inclusão e início da operação da Linha Irriga Mais;
- Formalização de instrumentos de cooperação com entidades parceiras para ampliar a capilaridade da DSP no Estado
- Otimizações da esteira de crédito ao longo do 1º semestre de 2025, buscando a melhoria na experiência do cliente e redução do tempo de análise;
- Participação, pela primeira vez, da campanha nacional promovida pelo SERASA, Limpa Nome, gerando o valor de R\$ 3,5 milhões negociados;
- Regularização de R\$ 14,8 milhões em atraso como resultado do esforço conjunto das frentes extrajudicial e judicial;
- Regularização de R\$ 30,7 milhões em contratos vencidos através do sistema de automação de renegociações extrajudiciais do BPP no semestre;
- Recomposição do quadro de pessoal e lançamento do Programa de Treinamentos;
- Realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), referente ao exercício de 2024;
- Adesão ao Ciclo 2025 do Programa Brasileiro GHG Protocol, gerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 2008;
- Lançamento da campanha “Gente que Desenvolve”;
- Realização de 33 Jornadas de Crédito, em todas as regiões administrativas do estado;

- Maior atuação nas redes sociais da DSP, com aumento no número de seguidores e de visualizações/ impressões no Instagram, LinkedIn e Youtube.

São Paulo, 21 de agosto de 2025.

RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO

Diretor Presidente

ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUSA

Diretora de Controle de Riscos

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB

Diretora Financeira

GUSTAVO JOSÉ MELO SANTOS

Diretor de Negócios

FLAVIO DUARTE DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025, em 1º de janeiro de 2025, a Instituição aderiu a Resolução CMN nº 4.966/21, alterando os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, tendo a Administração optado pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores, conforme previsto na referida resolução. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3(e) e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 236.897 mil, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 4.966, que se baseia na classificação das operações de crédito segundo a Resolução BCB nº 352. Essa classificação estabelece categorias de risco que variam de "C1" para risco mínimo a "C5" para risco máximo, e os percentuais de provisão são definidos conforme essas categorias, estabelecidas pela resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP.

Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nºs 3(k) e 15, foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 189.614 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de C1 a C5), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da Área Tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balço Patrimonial

Em 30 de junho de 2025

(Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

ATIVO	NOTA	30.06.2025
DISPONIBILIDADES	3b e 4	58
ATIVOS FINANCEIROS		3.884.323
Ao Custo Amortizado	3c, 5a e 5b	2.602.128
Títulos e valores mobiliários	3c, 5a e 5b	196.860
Empréstimos e recebíveis de clientes	3c e 6	2.642.071
Outros Créditos com Caract. De Concessão de Crédito		94
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3e e 6a	(236.897)
Perda esperada associada ao risco de crédito	3e e 6	(91.514)
Perda incorrida associada ao risco de crédito	3e e 6	(123.595)
Perda adicional associada ao risco de crédito	3e e 6	(21.788)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3d, 5a, 5c e 5f	1.134.439
Títulos e valores mobiliários	3d, 5a, 5c e 5f	1.134.439
Ao Valor Justo por meio do Resultado	3d e 5d	147.756
Títulos e valores mobiliários	3d, 5a, 5d e 5e	147.756
OUTROS ATIVOS	3l e 7	49.333
ATIVO FISCAL DIFERIDO	3k e 15	189.614
IMOBILIZADO LÍQUIDO	3i e 8a	28.744
INTANGÍVEL LÍQUIDO	3i e 8b	4.485
TOTAL DO ATIVO		4.156.557

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30.06.2025
PASSIVOS FINANCEIROS		729.942
Ao Custo Amortizado	3c e 9	729.942
Obrigações por empréstimos e repasses	3c e 9	515.749
Empréstimos no exterior	3c e 9	151.119
Outros passivos financeiros	3c e 9	63.074
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	3k, 10	53.786
OUTROS PASSIVOS	3l e 11	53.079
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	3k, 10	3.724
TOTAL DO PASSIVO		840.531
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	3.316.026
Capital social		3.156.476
Reservas de lucros		176.152
Outros Resultados Abrangentes		(16.602)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.156.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	30.06.2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		309.611
Operações de crédito	3a e 6b	228.856
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio	14a	93.770
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5g	(13.015)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(37.989)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	14b	(37.989)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, ANTES DA PERDA DE CRÉDITO ESPERADA		271.622
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6g	(35.200)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		236.422
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(69.301)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14c	26.946
Despesas de pessoal	14d	(35.993)
Outras despesas administrativas	14e	(52.366)
Despesas tributárias	14f	(15.331)
Outras receitas operacionais	14g	23.562
Outras despesas operacionais	14h	(16.119)
DESPESAS DE PROVISÕES		7
Trabalhista		(9)
Outras		16
RESULTADO OPERACIONAL		167.128
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		451
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		167.579
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(70.139)
Imposto de renda e CSLL corrente		(64.653)
Imposto de renda e CSLL diferido		(5.486)
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.991)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		95.449
N.º DE AÇÕES		2.728.177.414
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO SEMESTRE	13c	0,03499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	30.06.2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	95.449
Ajuste adoção inicial da Resolução CMN 4966/201 - Ajuste valor justo dos FIP's	(14.657)
Ajuste ao valor justo	(26.649)
(-) Efeito fiscal	11.992
Ajuste valor justo FIP's	(2.339)
Ajuste ao valor justo	(4.252)
(-) Efeito fiscal	1.913
Ajuste valor justo LFT	394
Ajuste ao valor justo	716
(-) Efeito fiscal	(322)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	78.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL		RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL		LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL			
SALDOS EM 31.12.2024		3.156.476	-	-	55.957	-	182.255	-	-	3.394.688
Mudança na Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 ¹	20	-	-	-	-	-	-	(14.657)	(2.309)	(16.966)
SALDOS EM 01.01.2025		3.156.476	-	-	55.957	-	182.255	(14.657)	(2.309)	3.377.722
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	13c	-	-	-	-	-	(133.079)	-	-	(133.079)
Lucro líquido do semestre	13c	-	-	-	-	-	-	-	95.449	95.449
Destinações										
Reservas	13c	-	-	-	4.657	-	22.414	-	(27.071)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	13c	-	-	-	-	-	-	-	(22.121)	(22.121)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	13c	-	-	-	-	-	43.948	-	(43.948)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3f	-	-	-	-	-	-	(1.945)	-	(1.945)
SALDOS EM 30.06.2025		3.156.476	-	-	60.614	-	115.538	(16.602)	-	3.316.026

¹ Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021, sobre mensuração de Instrumentos financeiros a valor justo e adoção de novo critério de Perda Esperada associada ao risco de crédito, conforme descritas nas notas explicativas 2.4a e 29.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	NOTA	30.06.2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		167.579
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		36.036
Depreciações e amortizações		843
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		35.200
Provisões para contingências		(7)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		203.615
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(57.334)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		61.576
Redução (aumento) em operações de crédito		61.153
Redução (aumento) em Outros Créditos com Caract. De Concessão de Crédito		12
Redução (aumento) em outros ativos		(2.674)
Redução (aumento) em ativo fiscal diferido		5.486
Aumento (redução) obrigações por empréstimos e repasses		(68.102)
Aumento (redução) empréstimos no exterior		(70.582)
Aumento (redução) outros passivos financeiros		3.291
Aumento (redução) outras obrigações		(7.712)
Aumento (redução) obrigações fiscais diferidas		67
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39.849)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		146.281
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações em intangível e imobilizado		(4)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de juros sobre capital próprio		(167.327)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(167.327)
DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(21.050)
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Início do semestre	3b e 4	82.842
Fim do semestre	3b e 4	61.792
DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(21.050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição” ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 52.142, de 6 de setembro de 2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual; e
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), advindas da Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às Normas consubstanciadas no novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional, e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN, quando aplicável.

Em 1º de janeiro de 2025, a Desenvolve SP adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação comparativa nas Demonstrações Financeiras referentes aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Financeiras, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que corresponde aos saldos em 31 de dezembro de 2024, ajustados aos novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021. Vide reconciliação dos saldos patrimoniais na nota 29.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

2.3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 21 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

2.4. Normas e Leis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

a) Resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

Em síntese, dentre os principais impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, presentes nas respectivas Demonstrações Financeiras, destacam-se:

- Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”).
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear.
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”.
- Adoção do modelo simplificado de perda esperada para o reconhecimento das Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, e modelo interno de perdas esperadas. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda, antes da ocorrência de inadimplência.
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários. A reconciliação do Patrimônio Líquido da Instituição demonstrando os efeitos da transição da norma está detalhado na nota 29.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

- **Custo Amortizado (CA):** Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- **Valor Justo em outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria Custo Amortizado (CA), com algumas exceções, conforme o artigo 9º desta Resolução.

ii. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras e dos compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Instituição por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB 352/23, emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados, conforme descritos na nota explicativa 3f.

iii. Taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro.

iv. Definição de ativo problemático e cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *stop accrual*.

b) Instruções Normativas BCB nº 537 a 543/2024

Em 5 de novembro de 2024, o BACEN divulgou as Instruções Normativas nº 537 a 543, que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a Instituição adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

c) Lei nº 14.467/2022

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, tornou os artigos 9º, 9º-A, 10, 11 e 12, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não mais aplicável às Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A nova legislação estabelece um novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das referidas instituições. As alterações entre a Lei nº 14.467/2022 e a Lei nº 9.430/1996 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. A partir dessa data, as instituições poderão deduzir, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos inadimplidos e de créditos de pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial, conforme os critérios estabelecidos pela nova Lei.

A Lei nº 14.467/2022 determina os fatores de ponderação A e B (Artigo 2º § 2º, I, e II) que correspondem aos percentuais de provisão estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 (Anexo I) por tipo de carteira de crédito. Esse critério foi adotado para a apuração de IRPJ e CSLL, onde os valores registrados contabilmente não descasam dos valores utilizados para apuração desses tributos.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

I. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

II. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

d) Lei nº 15.078/2024

Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.078, que alterou a Lei nº 14.467/2022. Esta Lei dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A principal alteração introduzida pela Lei nº 15.078/2024 refere-se à forma de dedução das perdas com créditos inadimplidos. A partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas apuradas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 por mês, a partir de janeiro de 2026.

Até 31 de dezembro de 2025, as instituições financeiras têm a opção, de forma irrevogável e irretratável, de efetuar as deduções à razão de 1/120 por mês, a partir de janeiro de 2026. Além disso, fica vedado deduzir as perdas incorridas relativas ao exercício de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

Esta medida visa proporcionar maior previsibilidade e controle sobre as deduções fiscais relacionadas a créditos inadimplidos, impactando diretamente a gestão financeira e tributária das instituições financeiras.

e) Normativos revogados

As seguintes Normas, anteriormente aplicáveis às instituições financeiras, foram revogadas a partir de 1º de janeiro de 2025:

- i. A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999: Estabelecia normas gerais para instituições financeiras em relação à classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- ii. A Resolução nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000: Definia critérios de classificação das operações de crédito e financiamento.
- iii. A Resolução nº 3.181, de 29 de março de 2004: Estabelecia procedimentos para a alienação de títulos públicos federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.
- iv. A Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008: Estabelecia procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
- v. A Resolução nº 4.036, de 30 de novembro de 2011: Facultava o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos pela metodologia diferenciada com diferimento linear. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

Para as operações caracterizadas como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) as rendas são reconhecidas mediante o recebimento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pró-rata dia" e calculadas com base no método exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Instituição são efetuadas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023 e estão descritas a seguir:

I. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais (características do fluxo de caixa), fazendo com que eles sejam mensurados ao custo amortizado, ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo através do resultado (VJR).

Os passivos financeiros da Instituição são classificados e mensurados conforme sua natureza e finalidade:

- **Custo amortizado:** Essa é a forma predominante de mensuração para passivos financeiros que não se enquadram como instrumentos de negociação ou derivativos. Inclui, por exemplo, obrigações contratuais típicas como empréstimos.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Aplicável aos instrumentos financeiros derivativos, ou aos demais instrumentos financeiros, quando a Instituição opta por designá-los ao valor justo, com o objetivo de alinhar a mensuração com a estratégia de gestão de riscos ou evitar inconsistências contábeis (conhecidas como “contabilidade de hedge”).

II. Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Como regra geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

Caso o valor justo do instrumento mensurado seja diferente do valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro, a instituição deve:

- Reconhecer a diferença no resultado do período, para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 ou no nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente;
- Diferir a diferença de acordo com a realização do ganho ou perda, nos demais casos.

As regras de reconhecimento, mencionadas acima, não se aplicam aos instrumentos classificados na categoria custo amortizado mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo, que devem ser reconhecidos pelo valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão.

As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros estão apresentadas a seguir:

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros, com base na metodologia diferenciada com diferimento linear. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato e, quando aplicável, diminuído pela perda esperada associadas ao risco de crédito.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

- Títulos e valores mobiliários: Para atendimento à Política de Gestão de Caixa e ao estabelecido no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.828, de 2 de abril de 2001, a Desenvolve SP constitui permanentemente o fundo e reserva de liquidez, com Títulos Públicos Federais, atualmente composto por Letras do Tesouro Nacional – LTN e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.
- Operações de crédito: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

A Desenvolve SP não reconhece receitas de qualquer natureza ainda não recebidas relativas a operações de crédito com problemas na recuperação (ativo problemático), ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos. Para essas operações, somente serão apropriadas em resultado quando do efetivo recebimento.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes, se atender às seguintes condições:

- Gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Títulos e Valores Mobiliários:

- Os Títulos Públicos Federais, que não compõem o fundo e reserva de liquidez, como forma de rentabilizar os recursos em Tesouraria/Caixa e fazer frente a eventuais necessidades de caixa para realização de operações de crédito, tributos e custos/despesas operacionais.

- Fundos de Investimentos em Participações (FIPs): Conforme o artigo 6º da Resolução CMN nº 4.966/2021. “as instituições [...] podem, no reconhecimento inicial, designar, de forma irrevogável, instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes”. De acordo com a Política de Investimentos, a Desenvolve SP, que tem em sua estratégia o fomento por meio de investimento em FIPs, utilizou dessa prerrogativa para classificar esses investimentos em VJORA, por entender ser mais adequada por: (i) Maior aderência à Resolução CMN nº 2828/2021, uma vez que os ativos adjacentes dos fundos são atividade de fomento e não são destinados a negociação, razão pela qual mensurá-los a valor justo por meio do resultado (VJR), não reflete a adequada mensuração contábil; (ii) Redução da volatilidade no resultado do exercício decorrente de variação (positiva ou negativa) do MtM/valor das cotas, até sua efetiva realização.

iii. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do Resultados (VJR) - instrumentos de patrimônio

Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral são mensurados nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração o mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

- Cotas de Fundos de Renda Fixa; e
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

iv. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - Hedge de valor justo; e

II - Hedge de fluxo de caixa;

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor ao valor justo, observado o seguinte:

(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre;

(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

A Instituição aplicará os novos requerimentos de Hedge contábil a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN 4.966/2021.

III. Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A hierarquia do valor justo se trata de uma classificação feita em três níveis hierárquicos das informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo para permitir a consistência e a comparabilidade em divulgações.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Instituição opera com instrumentos financeiros de Nível 1.

i. Reconhecimento de variação do valor justo

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Instituição não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre apresentado.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Instituição optou em utilizar a "metodologia diferenciada com diferimento linear" para empréstimos e recebíveis de clientes e com características de crédito.

i. Reconhecimento dos custos de transação

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, o valor apurado na data de aquisição, originação ou emissão deve ser ajustado da seguinte forma:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, serão reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

Fica facultado o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

ii. Aplicação da Taxa de Juros Efetiva em novas operações

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição aplica a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos instrumentos financeiros em novas operações. Esta prática assegura que todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro sejam considerados de maneira precisa.

A aplicação da taxa de juros efetiva permite uma avaliação mais transparente e precisa dos custos e rendimentos dos instrumentos financeiros, refletindo fielmente o custo ou rendimento efetivo do instrumento. A metodologia utilizada pela Instituição é a de diferimento linear da taxa efetiva, que envolve o reconhecimento dos custos de transação e valores recebidos na originação da operação de forma linear, ou seja, uniformemente durante o período de vigência do instrumento financeiro, proporcionando uma representação mais precisa e consistente dos custos e receitas financeiras ao longo do tempo. Esta metodologia é essencial para garantir a integridade e a clareza das demonstrações financeiras, alinhando-se às melhores práticas contábeis e regulatórias.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Instituição, por pertencer ao Segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o método simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

I. Provisão para perdas incorridas – ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 a C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

II. Provisão adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Instituição constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 a C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

III. Provisão para perda esperada

O cálculo de provisão para perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e a segmentação de clientes.

IV. Total da provisão associada a perda de crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Instituição adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional, com emprego de técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos Instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Instituição detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

f) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando:

- Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

- Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente (seis meses); e
- Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Instituição não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A Instituição reconhece os juros das operações com faixa de atraso até 90 dias, não caracterizadas como ativo problemático.

g) Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros

O valor contábil bruto de ativos financeiros reestruturados é ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva original. A diferença deve ser reconhecida no resultado do período da reestruturação, sem considerar novas concessões de crédito.

Instrumentos financeiros renegociados sem característica de reestruturação, são reavaliados para refletir o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

i) Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, descritas nas notas 8a e 8b.

j) Redução do valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

k) Tributos correntes e diferidos

Os tributos incidentes sobre o lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R\$ 240/ano)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A composição dos valores dos tributos correntes e diferidos, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota nº 15.

l) Outros ativos e ativos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pró-rata dia” e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

ii. Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

iii. Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/2020 determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Compromissos de créditos a liberar

Referem-se aos compromissos de desembolso que as instituições financeiras têm em relação aos contratos de crédito que ainda não foram integralmente liberados. Esses compromissos abrangem tanto as partes já comprometidas quanto os valores a serem liberados, conforme as condições contratuais pré-estabelecidas.

A Instituição reconhece inicialmente no balanço patrimonial como passivos ao custo amortizado a provisão para perdas esperadas correspondente aos compromissos de créditos a liberar.

p) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

q) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostas por:

•Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e

•Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2025
Disponibilidades	58
Cotas de Fundo de Renda Fixa (Nota Explicativa nº 5d)	61.735
Total	61.793

5. Títulos e valores mobiliários

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3c.

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	30.06.2025
Custo amortizado	196.860
Valor justo em outros resultados abrangentes	1.134.439
Valor justo no resultado	147.756
Total	1.479.055

b) Custo amortizado

	Valor Contábil	30.06.2025		Total
		Abertura por vencimento		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Títulos públicos federais	196.860	144.273	52.587	196.860
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	144.273	144.273	-	144.273
Letras do Tesouro Nacional - LTN	52.587	-	52.587	52.587

c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	30.06.2025			
				Abertura por vencimento			Total
				Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Títulos públicos Federais (LFT)	1.045.726	3.044	1.048.771	-	1.048.771	-	1.048.771
Cotas de fundos em participações (Nota Explicativa nº 5f)	116.569	(30.901)	85.668	81.223	-	4.445	85.668
Total	1.162.295	(27.857)	1.134.439	81.223	1.048.771	4.445	1.134.439

d) Valor justo por meio do resultado (VJR)

	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	30.06.2025				
				Sem vencimento	Abertura por vencimento			Total
					Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cotas de fundos de renda fixa	61.735	-	61.735	61.735	-	-	61.735	
Cotas de fundos de direitos creditórios (Nota Explicativa nº 5e)	77.922	120	78.042	-	-	49.857	78.042	
Cotas de fundos de investimentos	6.916	438	7.354	7.354	-	-	7.354	
Instrumentos financeiros derivativos	644	(18)	625	-	625	-	625	
Total	147.217	540	147.756	69.089	625	49.857	147.756	

e) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs)

	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	30.06.2025		
				Abertura por vencimento		Total
				De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
BTG Desenvolve SP	49.778	79	49.857	49.857	-	49.857
Rio Bravo Agro	4.144	(97)	4.047	-	4.047	4.047
Régia Desenvolve SP	24.000	138	24.138	-	24.138	24.138
Total	77.922	120	78.042	49.857	28.185	78.042

Administradores dos Fundos: BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BTG Desenvolve SP) e Banco Daycoval S.A. (Rio Bravo Agro e Régia Desenvolve SP).

Os investimentos em FIDCs observaram a política de investimento da Desenvolve SP, que determina somente investimentos em cotas sêniores. Todos os fundos investidos têm em seu regulamento a razão de garantia mínima de 20% (subordinação) e são classificados como entidade de investimentos, bem como a Desenvolve SP não participa de nenhum fórum de decisão/ gestão dos respectivos fundos.

f) Cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs)

	% participação	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor Justo	30.06.2025		
					Abertura por vencimento		Total
					Até 1 ano	Acima de 5 anos	
Fundo Inovação Paulista ²	23,81	56.269	(33)	56.236	56.236	-	56.236
Fundo Aeroespacial	9,30	4.932	(1.337)	3.595	3.595	-	3.595
Fundo BBI Financial I	5,41	45.706	(24.314)	21.392	21.392	-	21.392
Astella Journey Feeder ¹	10,46	9.662	(5.217)	4.445	-	4.445	4.445
Total		116.569	(30.901)	85.668	81.223	4.445	85.668

¹ Fundo classificado como entidade de investimento.

² O quórum do comitê de investimentos para deliberar sobre investimentos e desinvestimentos, é de maioria simples no qual cada cotista possui direito a um voto. Neste cenário, a Desenvolve SP possuindo apenas 1 um dentre 7 sete votos possíveis, o que não representa poder decisório majoritário, na governança de investimentos deste Fundo.

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora De Recursos Ltda (Inovação Paulista), BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Aeroespacial), Finhealth Gestão De Recursos Ltda (BBI Financial I) e Noronha Trust Ltda (Astella Journey Feeder).

g) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de hedge) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade swap, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui o mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de hedge ou hedge accounting, na categoria de risco de valor justo e, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	30.06.2025		
	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US\$+SOFR+taxa) x (R\$+%CDI)	158.205	625	(13.015)

O vencimento da captação (objeto de hedge) e do derivativo (instrumento de hedge) estão demonstrados a seguir:

	30.06.2025		
	Abertura por vencimento		Total
	31-180 dias	181-360 dias	
Objeto	28.778	27.048	55.826
Instrumento	(55)	680	625

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Valor justo	30.06.2025 Valor de Mercado
Objeto	158.205	55.844	(18)	55.826
Instrumento	158.205	644	(18)	625

6. Operações de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

Operações de Crédito	Valor contábil bruto	Provisão Perdas Incorridas	Provisão Perdas Adicionais	Provisão Perdas Esperadas	Total Provisão Perdas Esperadas	30.06.2025 Carteira de Crédito Líquido de Provisões
Empréstimos	577.338	(92.155)	(13.604)	(45.479)	(151.238)	426.100
Financiamentos	1.053.830	(31.440)	(8.184)	(26.813)	(66.437)	987.393
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.010.903	-	-	(19.220)	(19.220)	991.683
Total	2.642.071	(123.595)	(21.788)	(91.512)	(236.895)	2.405.176

Adicionalmente, existe uma operação com característica de concessão de crédito referente à venda dum imóvel com saldo devedor de R\$ 94,4 mil e R\$ 1,8 mil de provisão para perda esperada.

b) Receitas da intermediação financeira – operações de crédito

	30.06.2025
Empréstimos	54.526
Financiamentos	72.960
Financiamento de Infraestrutura e desenvolvimento	93.816
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.554
Total	228.856

c) Carteira de crédito por setor de atividade econômica

	Valor contábil bruto	30.06.2025 Participação
Setor Público	1.336.998	50,6%
Administração Direta	1.336.998	50,6%
Setor Privado	1.305.073	49,4%
Serviços	589.362	22,3%
Indústria	413.862	15,7%
Comércio	292.888	11,1%
Rural	5.511	0,2%
Pessoa Física	3.450	0,1%
Total	2.642.071	100,0%

d) Carteira de crédito por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Operações em curso normal						30.06.2025
Ativos Não Problemáticos						
0 a 14	179.139	345.532	1.838.994	1.656	-	2.365.321
15 a 30	527	1.485	9.652	-	-	11.664
31 a 60	1.024	5.628	5.104	-	-	11.756
61 a 90	1.832	7.840	7.064	-	-	16.736
Subtotal	182.522	360.485	1.860.814	1.656	-	2.405.477
Operações em curso anormal						
Ativos Problemáticos Adimplidos						
0 a 90	21.363	15.201	22.071	12	-	58.647
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
1 a 30	6.779	3.129	3.602	-	-	13.510
31 a 60	14.248	1.224	5.736	-	-	21.208
61 a 90	4.314	2.099	4.294	-	-	10.707
91 a 180	-	22.551	12.345	-	-	34.896
181 a 360	-	25.200	16.054	-	-	41.254
Acima de 360	5.884	26.614	23.874	-	-	56.372
Subtotal	52.588	96.018	87.976	12	-	236.594
Total	235.110	456.503	1.948.790	1.668	-	2.642.071

e) Carteira de crédito e perdas esperadas

	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	30.06.2025 Carteira de Crédito Líquido de Provisões
Operações em curso normal			
Ativos Não Problemáticos			
0 a 14	2.365.321	(68.513)	2.296.808
15 a 30	11.664	(782)	10.882
31 a 60	11.756	(1.103)	10.653
61 a 90	16.736	(3.685)	13.051
Subtotal	2.405.477	(74.083)	2.331.394
Operações em curso anormal			
Ativos Problemáticos Adimplidos			
0 a 90	58.647	(35.359)	23.288
Ativos Problemáticos Inadimplidos			
1 a 30	13.510	(5.134)	8.376
31 a 60	21.208	(7.119)	14.089
61 a 90	10.707	(4.721)	5.986
91 a 180	34.896	(20.338)	14.558
181 a 360	41.254	(36.455)	4.799
Acima de 360	56.372	(53.686)	2.686
Subtotal	236.594	(162.812)	73.782
Total	2.642.071	(236.895)	2.405.176

f) Carteira de Crédito por classificação e perdas esperadas

			30.06.2025
	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Carteira de crédito Líquido de provisões
C1	235.110	(30.744)	204.366
Ativo não problemático	182.522	(4.735)	177.787
Ativo problemático	52.588	(26.009)	26.579
C2	456.503	(87.166)	369.337
Ativo não problemático	360.485	(17.096)	343.389
Ativo problemático	96.018	(70.070)	25.948
C3	1.948.790	(118.947)	1.829.843
Ativo não problemático	1.860.814	(52.221)	1.808.593
Ativo problemático	87.976	(66.726)	21.250
C4	1.668	(38)	1.630
Ativo não problemático	1.656	(31)	1.625
Ativo problemático	12	(7)	5
C5	-	-	-
Ativo não problemático	-	-	-
Ativo problemático	-	-	-
Total	2.642.071	(236.895)	2.405.176

g) Movimentação da provisão para perda esperada

	30.06.2025
Saldo Inicial 01.01.2025	(201.433)
Provisão Constituída	(35.462)
Provisão Perda Esperada - Op. Crédito	(236.895)
Saldo Inicial 01.01.2025	(3.288)
Reversão	262
Provisão Créditos a Liberar	(3.025)
Total Provisão Perda Esperada	(239.920)

h) Compromissos de créditos a liberar

	30.06.2025
Compromissos de Créditos Liberar	384.248
Provisão Perdas Esperadas	(3.025)
Compromissos de Créditos a Liberar Líquido de Provisões	381.223

i) Informações complementares

	30.06.2025
Créditos renegociados ¹	14.154
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.554

⁽¹⁾ Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7. Outros ativos

a) Outros valores e bens

	Custo	Provisão	30.06.2025
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	40.615	(2.367)	38.248
Despesas a apropriar	246	-	246
Total	40.861	(2.367)	38.494

b) Outros Créditos

	Circulante	Não Circulante	Total 30.06.2025
Rendas a receber	4.441	-	4.441
Adiantamento e antecipações salariais	1.355	-	1.355
Devedores por depósitos em Garantia	519	-	519
Devedores diversos - País	4.467	-	4.467
Adiantamento para pagamentos por conta da Instituição	57	-	57
Total	10.839	-	10.839

8. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado de uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	30.06.2025 Custo líquido de Depreciação
Imóveis de Uso				
- Terrenos	-	11.600	-	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(3.684)	16.477
Outras Imobilizações de uso				
- Móveis e equipamentos	3,33% a 20%	1.894	(1.386)	508
- Sistema de Processamento de Dados	20%	297	(175)	122
- Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(222)	30
- Instalações	10%	134	(127)	7
Total		34.338	(5.594)	28.744

b) Intangível

	Custo	Amortização	30.06.2025 Custo líquido de Amortização
Outros Ativos Intangíveis			
Software - Adquiridos	5.444	(3.907)	1.537
Software - gerados internamente	4.426	(1.478)	2.948
Total	9.870	(5.385)	4.485

9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3c.

a) Obrigações por repasses no país – instituições oficiais

30.06.2025					
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total
BNDES	11.780	47.270	48.445	111.077	218.572
FINEP	2.538	13.319	17.550	162.168	195.575
FUNGETUR	7.878	26.416	9.707	53.313	97.314
FINAME	219	1.013	1.054	2.002	4.288
Total	22.415	88.018	76.756	328.560	515.749

b) Empréstimos no exterior

							30.06.2025
Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor Liberado	Circulante	Não Circulante	Total
IFC-1	14/05/2021	16/03/2026	SOFR+ 2,87826% ¹	158.205	55.826	-	55.826
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	26.648	12.212	38.860
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	20.060	9.336	29.396
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	18.384	8.653	27.037
Total				430.015	120.918	30.201	151.119

(1) O instrumento de hedge também foi ajustado (vide Nota Explicativa nº 5g).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado swap *offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em Reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC) teve tranche única, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 6c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos para destinação específica¹			
Programa Água Limpa	3.113	21.826	24.939
Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR	22.933	-	22.933
Programa Frota Nova Município	232	10.382	10.614
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	37	1.457	1.494
Subtotal	26.315	33.665	59.980
Depósitos Vinculados	69	-	69
Perda esperada para operações de crédito a liberar	-	3.025	3.025
Subtotal	69	3.025	3.094
Total	26.384	36.690	63.074

(1) Referem-se a recursos do FUNGETUR destinados a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações fiscais correntes	53.619	167	53.786
Obrigações fiscais diferidas	-	3.724	3.724
Total	53.619	3.891	57.510

a) Obrigações fiscais correntes

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda	24.907	-	24.907
Contribuição social	22.233	-	22.233
Impostos e contribuições sobre salários	3.699	167	3.866
COFINS	1.983	-	1.983
PIS	322	-	322
Outros	475	-	475
Total	53.619	167	53.786

b) Obrigações fiscais diferidas

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e contribuições diferidos	-	3.724	3.724
Total	-	3.724	3.724

11. Outros passivos

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Outras obrigações (b)	31.730	598	32.328
Sociais e estatutárias (a)	18.948	-	18.948
Contingências (Nota Explicativa nº 12)	1.803		1.803
Total	52.481	598	53.079

a) Sociais e estatutárias

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	16.959	-	16.959
Participação nos lucros	1.989	-	1.989
Total	18.948	-	18.948

b) Outras obrigações

			30.06.2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para despesas administrativas	13.525	-	13.525
Fornecedores	7.062	-	7.062
Provisões para despesas de pessoal	6.060	598	6.658
Credores diversos	2.990	-	2.990
Adiantamentos por fundos garantidores de operações	1.091	-	1.091
Cobrança e arrecadação de tributos	533	-	533
Tarifas antecipadas	469	-	469
Total	31.730	598	32.328

12. Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

	01.01.2025	Baixa	Provisão	Reversão	30.06.2025
Trabalhista	1.007	(52)	61	-	1.016
Cível	804	(81)	77	(13)	787
Total	1.811	(133)	138	(13)	1.803

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

	30.06.2025
Trabalhista	2.655
Cível	2.994
Total	5.649

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o Capital Social de R\$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

i) Reserva de Legal

A Reserva Legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2025, foram considerados para essa reserva o montante de R\$ 4.657

ii) Reserva Especial de Lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por propostas dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 66.362 em 30 de junho de 2025.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais do valor de R\$ 57.020 e dividendos adicionais no valor de R\$ 76.059, referentes ao exercício de 2024.

iii) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	30.06.2025
Lucro Líquido	95.449
Ajustes de transição Resol. CMN nº 4.966/2021 - LPA ¹	(2.309)
Base para constituição de reserva Legal	93.140
(-) Reserva Legal	(4.657)
Base de Cálculo Ajustada	88.483
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% JCP	22.121
JCP Adicionais propostos	43.948
Reservas de lucros	22.414

(1) Conforme previsto na Lei nº 6.404/1976, absorção do ajuste realizado em lucros/prejuízos acumulados decorrente da adoção à Resolução CMN nº 4.966/2021.

14. Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de juros e similares com títulos e valores mobiliários

	30.06.2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	85.315
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	7.364
Lucro com títulos de renda fixa	846
Reversão de provisão Cotas Fundos Garantidores	125
Ajuste a Valor justo FIDC	120
Total	93.770

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	30.06.2025
Despesa de Repasses - BNDES	(15.041)
Despesa de Empréstimos no Exterior	(10.524)
Despesa de Repasses - FUNGETUR	(4.589)
Despesas de obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(3.904)
Despesa de Repasses - FINEP	(3.721)
Despesa de Repasses - FINAME	(210)
Total	(37.989)

c) Receita de prestação de serviço

	30.06.2025
Rendas de Prestação de Serviços ¹	26.931
Rendas de Tarifas	15
Total	26.946

⁽¹⁾ Em contrapartida à administração de fundos, a Instituição é remunerada conforme evidenciado na nota 16.

d) Despesas de pessoal

	30.06.2025
Proventos	(17.831)
Benefícios	(7.355)
Encargos	(7.079)
Honorários Diretores e Conselheiros	(2.865)
Estagiários	(628)
Treinamento	(235)
Total	(35.993)

e) Despesas administrativas

	30.06.2025
Processamento de Dados	(25.483)
Serviços Técnicos Especializados	(9.949)
Legais e Judiciais	(5.569)
Propaganda e Publicidade	(3.580)
Serviços de Terceiros	(1.509)
Manutenção e Conservação	(1.268)
Relações Públicas	(1.217)
Outras (Copa, Cozinha, Limpeza etc.)	(796)
Serviços do Sistema Financeiro	(626)
Amortização	(565)
Transporte	(516)
Depreciação	(277)
Publicações	(250)
Serviços de Vigilância e Segurança	(179)
Água, Energia e Gás	(175)
Viagens no País	(142)
Comunicações	(121)
Material de Escritório	(102)
Seguros	(42)
Total	(52.366)

f) Despesas tributárias

	30.06.2025
Contribuição ao COFINS	(12.447)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.023)
ISSQN	(649)
IPTU	(212)
Total	(15.331)

g) Outras receitas operacionais

	30.06.2025
Recuperação de despesas ¹	9.409
Varição Cambial s/ Empréstimo no exterior	9.060
Reversão Prov. Despesas Administrativas	4.023
Ajuste valor justo s/ Empréstimo no exterior	979
Outras	91
Total	23.562

(1) Refere-se ao ressarcimento de custas processuais e consultas de análise de crédito efetuados pela Desenvolve SP para os Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, administrados pela Desenvolve SP.

h) Outras despesas operacionais

	30.06.2025
Perdas com Operações de Crédito	(13.550)
Fraudes Externas	(2.552)
Outras	(17)
Total	(16.119)

15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	30.06.2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	167.579	167.579
Participação dos empregados	1.991	1.991
Resultado após a participação dos empregados	165.588	165.588
Alíquotas Vigentes*	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(41.397)	(33.118)
Adições	(35.497)	(28.397)
Exclusões	38.157	30.516
Incentivos fiscais	388	-
Prorrogação de licença maternidade	78	-
Juros sobre capital próprio	2.581	2.065
Imposto de Renda e CSLL corrente	(35.690)	(28.934)
Ativo fiscal diferido	(3.048)	(2.438)
Passivo fiscal diferido	(16)	(13)
Imposto de Renda e CSLL diferido	(3.064)	(2.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social de período	(38.754)	(31.385)

b) Natureza e origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

AFD - Diferença Temporária	01.01.2025	Baixa	Constituição	30.06.2025
Provisão para Devedores Duvidosos	147.585	(61.354)	77.943	164.174
Rendas de Atraso	6.968	-	-	6.968
Provisão para Desvalorização de AMV	1.065	-	-	1.065
Provisão Desvalorização de Cotas de FIP	12.048	(525)	2.382	13.905
Provisão para Ações Judiciais	936	(66)	63	933
Provisão para Desp. Administrativas	9.623	(7.055)	-	2.568
Provisão para Outros Créditos	5	(4)	-	1
Total	178.230	(69.004)	80.388	189.614

c) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	TOTAL
Valor Nominal	25.644	29.945	26.727	23.834	22.528	21.222	19.808	19.247	409	251	189.614
Valor Presente	22.299	23.146	18.695	15.156	13.024	11.153	9.463	8.359	162	90	121.547

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

16. Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 4.796, serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R\$ 152, serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$ 8.924, plataforma de colaboração e produtividade R\$ 5.118, serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção “on site” R\$ 558 e serviços de gestão de processos e documentos e certificados digitais R\$ 81.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No 1º semestre de 2025, as despesas totalizaram R\$ 131.

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Prestação de serviços de administração e gestão de recursos de Fundos públicos. No 1º semestre de 2025, as receitas com administração dos Fundos totalizaram R\$ 26.260, as receitas com liberação de recursos R\$ 671 e as receitas com recuperação de despesas R\$ 9.029. Em 30 de junho de 2025, está registrado no ativo o valor a receber de R\$ 5.761, R\$ 4.441 referente os serviços de administração e gestão dos Fundos públicos e R\$ 1.320 referente reembolso de serviços jurídicos e custas judiciais.

Descrição				30.06.2025
	Prodesp	Fundos	IPT	Total
Ativo	-	5.761	-	5.761
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	5.761	-	5.761
Resultado	-	-	-	-
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	35.960	-	35.960
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(8.924)	-	-	(8.924)
Serv. Hospedagem servidor externo	(4.796)	-	-	(4.796)
Serv. Locação de Notebooks e fornecimento de Software	(558)	-	-	(558)
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(5.118)	-	-	(5.118)
Serv. Publicidade Legal	(152)	-	-	(152)
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação	-	-	(131)	(131)
Gestão de Processos e Documentos e Certificados Digitais	(81)	-	-	(81)
Total	(19.629)	35.960	(131)	16.200

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2025
Benefícios de curto prazo	10.016
Superintendentes	6.344
Diretoria ¹	2.131
Conselho de Administração ¹	741
Comitê de Auditoria	629
Conselho Fiscal	171
Outros benefícios de longo prazo	287
Diretoria ¹	287
Total	10.303

(1) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

17. Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece a segmentação das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse enquadramento determina exigências regulatórias específicas que influenciam sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital.

18. Declaração de Appetite por Riscos (RAS)

A Declaração de Appetite por Riscos (RAS) define os riscos que a instituição está disposta a assumir, os limites para cada tipo de risco e sua tolerância a variações inesperadas.

A RAS é um instrumento estratégico que reflete a disposição e capacidade da Desenvolve SP em gerenciar riscos de maneira controlada, garantindo conformidade regulatória e alinhamento aos objetivos estratégicos. A versão revisada em 2024 incorporou a definição de limites globais e operacionais, regulatórios e gerenciais, além de limites específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, considerando as premissas estratégicas estabelecidas para o período de 2025 a 2029.

19. Integração entre os riscos

A abordagem de gerenciamento de riscos da Desenvolve SP visa assegurar que os diferentes tipos de risco sejam tratados de maneira integrada, evitando efeitos adversos cumulativos e garantindo maior eficiência na alocação de capital.

A instituição adota uma abordagem integrada para os riscos relevantes: crédito, operacional, liquidez, social, ambiental, climático e de mercado. Desde janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) também passou a ser considerado relevante, sendo calculado conforme metodologia estabelecida pelo Bacen.

Para mitigar impactos, são implementadas medidas preventivas, tais como testes de estresse e monitoramento contínuo e integração de cenários na gestão de capital.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da Instituição.

20.1 Estrutura Organizacional

A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos e de capital é da Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), vinculada à Diretoria de Controle de Riscos. A Suric atua por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

20.2 Estrutura de Sistemas

A instituição dispõe de um sistema interno que abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos considerados relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

21. Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A Desenvolve SP conta com uma Diretoria de Controle de Riscos (DCR), cuja missão é assegurar que os riscos decorrentes da concessão de crédito e de outras atividades relevantes sejam identificados, controlados e mitigados. Esse processo visa garantir a proteção dos ativos, a sustentabilidade dos negócios e a otimização da alocação de capital.

A estrutura da DCR é composta por três unidades subordinadas, cada uma com responsabilidades específicas em relação ao risco de crédito:

- Superintendência de Crédito:
 - Planejar, implementar e administrar princípios de crédito;
 - Propor as políticas de cadastro e crédito;
 - Gerir granularmente a carteira de crédito, incluindo a análise de inadimplência e a execução de ações corretivas para mitigação de riscos;
 - Analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento de empresas;
 - Definir e propor às alçadas competentes as políticas e os processos de cobrança que viabilizem a redução das perdas financeiras com inadimplência.

- Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas:
 - Definir e propor às alçadas competentes a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição;
 - Monitorar potenciais perdas financeiras oriundas do risco de crédito;
 - Propor ações de melhoria nas políticas, regras e parâmetros de crédito e de operações financeiras nas suas respectivas instâncias, quando da identificação de tendências de materialização de riscos que comprometam os níveis de capital e os resultados estimados da instituição;
 - Supervisionar os limites regulatórios e gerenciais relacionados ao risco de crédito, garantindo a conformidade com a regulamentação vigente e a efetividade dos controles internos;

- Coordenar a elaboração, revisão e implementação das metodologias de risco de crédito, incluindo modelos de estimação de perdas, segmentação de carteira, análise de concentração de risco e avaliação de ativos problemáticos;
 - Validar e atualizar periodicamente as premissas utilizadas nos modelos de risco, garantindo aderência à regulamentação e às melhores práticas de mercado;
 - Reportar periodicamente os indicadores de risco e as exposições significativas ao Comitê de Riscos e Controles Internos (CRC).
- Superintendência de Suporte ao Negócio:
 - Formalizar as operações de crédito aprovadas pelas devidas instâncias, averiguando sua conformidade;
 - Administrar as atividades desenvolvidas por empresas terceirizadas para prestação de serviços de avaliação e vistoria de bens oferecidos em garantia, bem como o acompanhamento de projetos de investimento, garantindo o cumprimento das condições contratadas;
 - Analisar, processar e controlar a documentação e as garantias das operações de crédito, assegurando sua adequação às normas internas operacionais, à regulamentação e legislação vigente.

Cabe destacar que a gestão do risco de crédito é realizada de forma segregada entre a Suric e a Sucre, de acordo com suas respectivas competências.

O valor destinado à alocação de capital para o risco de crédito é representado pela parcela **RWA_{CPAD}**, calculada em conformidade com a regulamentação vigente.

b) Risco Operacional

A metodologia para mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional está formalmente descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

A alocação de capital para esse risco é determinada pelo cálculo da parcela **RWA_{OPAD}**, utilizando a Abordagem Padronizada, conforme a metodologia definida pelo Banco Central do Brasil.

b) Risco de Liquidez

O controle de liquidez na Desenvolve SP é realizado por meio de procedimentos diários.

O Plano de Contingência de Liquidez, que integra as diretrizes da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, garantindo a operacionalização e a eficácia dos mecanismos de monitoramento e resposta a eventuais tensões de liquidez.

c) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) define os critérios socioambientais e climáticos que devem ser observados na concessão de crédito, na avaliação de garantias e nas contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) integra procedimentos que devem ser incorporados nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações, avaliação de garantias e renegociações, assegurando a integração dos aspectos socioambientais e climáticos nas operações e decisões da instituição.

d) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta por operações de crédito e pelos recursos da tesouraria – classificados na carteira bancária e não na carteira de negociação – o risco de mercado é representado pelo IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), cujo cálculo está em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

O IRRBB é considerado um risco relevante, não compondo o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (**RWA**), mas atuando na redução da margem de alavancagem. Assim, deve ser apurado de forma complementar às necessidades de capital, monitorado e controlado em função da margem de alavancagem, com reportes periódicos à alta administração, para a estimativa de um Patrimônio de Referência (**PR**) compatível com os riscos assumidos.

e) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Desenvolve SP possibilita a avaliação contínua da necessidade de capital para absorção dos riscos aos quais a instituição está exposta. O Plano de Capital, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, está alinhado com o planejamento estratégico institucional e é complementado pelo Plano de Contingência de Capital. Para um horizonte de três anos, são projetados todos os índices de capital, permitindo a análise e a adequação da futura posição de capital da instituição.

22. Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Desenvolve SP divulga, anualmente, o Relatório de Pilar 3 – Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital. A responsabilidade pela divulgação desse relatório é do Diretor de Controle de Riscos, que gerencia os riscos e o capital da instituição. A divulgação inclui a disponibilização, em formato flexível conforme as diretrizes do Bacen, da tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Riscos. A produção das informações é de competência da Suric.

23. Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório GRSAC tem por objetivo descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Esse relatório evidencia o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor de Controle de Riscos, na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação desses riscos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com periodicidade anual, o relatório é apresentado por meio da Tabela GVR – Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, conforme determina o Bacen.

24. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange todos os riscos relevantes, conforme definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição. Esses testes são fundamentais para validar a resiliência do portfólio de riscos diante de cenários adversos.

25. Relatórios

Mensalmente, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem relatórios gerenciais que abordam o gerenciamento de riscos e de capital. Além disso, é apresentado, de forma trimestral ou em caráter emergencial, o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital, conforme a necessidade.

26. Limites Operacionais

As Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, orientam os cálculos para o requerimento de capital compatível com os riscos das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram estabelecidas regras para assegurar a compatibilidade do capital com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas para suportar esses riscos é realizado com base nos modelos padronizados divulgados pelo Bacen.

Destaca-se que a instituição evidencia parcela de seu PR para operações de crédito com o setor público, a qual, somada ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontada do PR. Esse PR é denominado Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (**PR_{RWA}**).

Assim, a Desenvolve SP opera dentro dos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme ilustrado no quadro abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL
	JUN/2025
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	3.325.257
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.725.257
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.725.257
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	3.325.257
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})	0
CAPITAL PRINCIPAL	3.325.257
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	600.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	28.744
PARCELA RWA _{CPAD} - parcela referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.794.868
PARCELA RWA _{MPAD} - parcela referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	774
6PARCELA RWA _{OPAD} - parcela referente ao risco operacional - abordagem padronizada	427.594
IRRBB - Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	109.895
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	3.223.235
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.333.884
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	80.581
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	2.276.922
ÍNDICE DE BASILEIA (Mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	84,55%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	84,55%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	84,55%

27. Análise de Sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações de crédito e de tesouraria na carteira bancária, não possuindo operações na carteira de negociação. Conforme as condições previstas na Resolução nº 02, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, a instituição realiza análises de sensibilidade aplicando testes de estresse aos instrumentos da carteira bancária, os quais são suscetíveis ao risco de variação de taxas de juros.

Os testes de estresse consistem em simulações por meio de choques paralelos nas curvas de juros, para mensurar a eventual perda do **PR_{RWA}**.

Tais análises abrangem tanto as exposições da carteira ativa quanto da passiva, com os resultados apresentados de forma consolidada, considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR_{RWA}, EM PERCENTUAL, DEVIDO A AUMENTO NAS CURVAS DE JUROS, POR MEIO DE CHOQUES PARALELOS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	0,1603%	0,3801%	0,6990%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0023%	0,0055%	0,0105%
Cupom de taxa de juros - TLP	0,0058%	0,0142%	0,0277%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,0404%	0,0957%	0,1762%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0002%	0,0005%	0,0009%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0001%	0,0002%	0,0003%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0205%	0,0486%	0,0892%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-0,0002%	-0,0005%	-0,0008%

Nota: O PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

28. Outras informações

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

	30.06.2025		
	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	309.611	-	309.611
Despesas da Intermediação Financeira	(73.189)	-	(73.189)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	236.422	-	236.422
Outras Receitas (Despesas) operacionais	(69.294)	-	(69.294)
Resultado Operacional	167.128	-	167.128
Resultado não operacional	451	-	451
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	167.579	-	167.579
Imposto de Renda e Contribuição social	(70.139)	-	(70.139)
Participações no Lucro	(1.991)	-	(1.991)
Lucro líquido	95.449	-	95.449

29. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021 devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A seguir, apresentamos quadro resumo dos ajustes descritos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023 e o respectivo efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários:

Instrumento Financeiro	Descrição	Valor contábil em 31.12.2024	Valor novo critério	Ajuste	Efeito tributário	Efeito Patrimônio Líquido
Letra Financeira do Tesouro	Mensuração ao valor Justo (VJORA)	1.193.908	1.196.237	2.328	(1.047)	1.280
Operações de crédito	Reconhecimento dos juros de op. Vencidas entre 60 e 90 dias ¹	10.818	10.902	84	(38)	46
Provisão para Perda Esperada associada ao risco de crédito	Nova metodologia de apuração ²	(171.461)	(204.721)	(33.260)	14.967	(18.293)
Efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, em 1º de janeiro de 2025 (Resolução CMN 4.966/21)						(16.966)

⁽¹⁾ Até 31/12/2024, a apropriação de receita de juros relacionada a empréstimos e recebíveis de clientes cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso, enquanto a partir de 01/01/2025 deverá cessar quanto atingir 90 dias de atraso (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático).

⁽²⁾ Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 houve alteração nas apurações das perdas incorridas associadas ao risco de crédito, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a resolução CMN nº 2.682/1999.

A seguir resumo das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 1º de janeiro de 2025 estão apresentados nas mesmas rubricas de 31 de dezembro de 2024.

ATIVO	31.12.2024	Remensuração/ Ajustes	01.01.2025
DISPONIBILIDADES	72	-	72
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.266.013	2.412	4.268.425
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. Derivativos	1.562.873	2.328	1.565.201
Operações de Crédito	2.703.140	84	2.703.224
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(171.461)	(29.971)	(201.434)
Operações de Crédito	(171.461)	(29.971)	(201.434)
ATIVO FISCAL DIFERIDO	178.229	14.959	193.187
OUTROS ATIVOS	49.123	9	49.132
Outros Valores e Bens	41.027	-	41.027
Outros Créditos	8.096	9	8.105
IMOBILIZADO DE USO	34.335	-	34.335
INTANGÍVEL	9.870	-	9.870
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(10.136)	-	(10.136)
Imobilizado	(5.317)	-	(5.317)
Intangível	(4.820)	-	(4.820)
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(2.367)	-	(2.367)
TOTAL DO ATIVO	4.353.676	(12.592)	4.341.083
PASSIVO			
	31.12.2024	Remensuração/ Ajustes	01.01.2025
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	862.310	-	862.310
Recursos de Repasse	583.851	-	583.851
Empréstimos no Exterior	221.701	-	221.701
Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	56.758	-	56.758
PROVISÕES	1.811	3.288	5.098
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	31.338	1.086	32.424
OUTROS PASSIVOS	63.529	-	63.529
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.394.688	(16.966)	3.377.722
Capital	3.156.476	-	3.156.476
Capital De Domiciliados no País	3.156.476	-	3.156.476
Reservas de lucros	238.212	-	238.212
Outros Resultados Abrangentes	-	(14.657)	(14.657)
Lucros/ (Prejuízos) acumulados	-	(2.309)	(2.309)
TOTAL DO PASSIVO	4.353.676	(12.592)	4.341.083

30. Eventos subsequentes

Em 30 de julho de 2025, o governo dos Estados Unidos da América assinou um decreto executivo que impõe a tarifa de 50% sobre as exportações brasileiras.

Embora tal decisão tenha ocorrido após a data-base das presentes demonstrações financeiras, e portanto não represente um ajuste aos valores nelas registrados, a Administração da Desenvolve SP entende que o evento pode trazer reflexos relevantes no ambiente econômico e no setor produtivo paulista, especialmente em segmentos voltados à exportação.

O impacto atualmente previsto é um possível aumento da demanda por crédito para capital de giro por parte das empresas do estado de São Paulo potencialmente afetadas pelo acréscimo tarifário, como forma de mitigar efeitos de redução de competitividade e alongamento de prazos de recebimento.

A Administração acompanha de forma contínua a evolução do tema e, até a presente data, não é possível mensurar de maneira confiável os efeitos financeiros diretos para a Desenvolve SP.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito - Diretor Presidente
Ana Paula Teixeira de Sousa - Diretora de Controle de Riscos
Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira
Flávio Duarte de Oliveira - Diretor Administrativo
Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior - Membro Independente
Rachel Rosenberis Cunha Fidalgo - Representante dos Empregados
Diego Allan Vieira Domingues
Francisco Vidal Luna - Membro Independente
Jorge Tatino Júnior
Jerônimo Antunes - Membro Independente
Marcelo Bergamasco Silva
Marcelo Diniz de Paula Rocha - Membro Independente
Ricardo Dias de Oliveira Brito
Fabrício Rodrigues da Cruz

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha - Coordenador
Bruno Ribeiro da Rocha
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho
Maurício Pozzobon Martins
Luana Roriz Meireles

CONSELHO FISCAL *

Eduardo Aggio de Sá - Efetivo
João Rodrigues Da Silva Filho - Suplente
Eugênia Cristina Cleto Marolla - Efetivo
Diogo Colombo de Braga - Suplente
Jorge Luiz de Lima - Efetivo
Thierry Mendes Jorge - Suplente
Humberto Macedo Pucinelli - Efetivo
Roberto Yoshikazu Yamazaki - Suplente
Juliana Augusto Cardoso - Efetivo
Marcos Akamine Wolff - Suplente

*Término do mandato em 25/04/2025.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo
Contador CRC 1SP240330/O-0